AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 35 | Nº 01 | JANEIRO 2015 | R$ 15,00



ISSN 0100-4298

FGV EESP
CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

SERINGUEIRA

Entenda a rentabilidade e os riscos

PREÇOS EM 2015

NÃO PROMISSORES, MAS DÓLAR PODE AJUDAR

AMAZÔNIA

DIMINUI O DESMATAMENTO NO BIOMA

35 Anos AGROANALYSIS

O agronegócio é o seguinte

AMBIENTE TENSO NO AGRO



NO MOMENTO em que esta edição da ***Agroanalysis*** está sendo fechada, ainda não está sacramentada a nomeação da senadora Kátia Abreu para o Ministério da Agricultura. Há resistência da ala mais de esquerda do PT e do próprio PMDB. Mas, é bem provável que ela seja a nova ministra. Será o fortalecimento do Centro-Oeste na esfera do poder.

É muito importante avaliar o movimento do dólar e o ajuste fiscal. Talvez, o dólar atinja R$ 3,00 até o final de 2015, o que irá ajudar os exportadores e encarecer os insumos importados, como adubos e defensivos. Já o ajuste fiscal freia a demanda agregada da economia. Mas, como já foi dito em edições anteriores, o agronegócio sofrerá menos, até porque a falta de chuvas reduziu o tamanho da safra. Mesmo assim, 2015 será um ano complicado econômica e politicamente. É preciso estar muito atento, mas também de olho em oportunidades, porque, com certeza, o Brasil não vai acabar.

Um assunto que trouxe muita discussão, no final do ano de 2014, foi o preço do petróleo, o qual estava sendo negociado abaixo de US$ 60. No entanto, esse movimento de queda de preços foi algo generalizado para quase todas as *commodities*, inclusive as agrícolas. As causas estão relacionadas, do lado financeiro, às perspectivas de início de aperto da política monetária norte-americana e, do lado dos fundamentos, à resposta da oferta. A queda destes preços não significa que o mundo está entrando em crise; muito pelo contrário, significa que a economia mundial já está dando sinais de que está voltando à normalidade.

Enquanto a baixa do petróleo deverá impactar para baixo os preços dos insumos, pelo lado interno, a valorização do dólar ajuda as exportações no primeiro momento, mas traz, a seguir, pressões nos custos de produção.

A ***Agroanalysis*** analisa o mercado da seringueira, atividade que cresceu em área a uma taxa de 13,5% ao ano desde 2005. A soja, uma das culturas com maior aumento em área, apresentou taxa média de 4,7% ao ano neste período. No cenário atual, chama a atenção a abrupta virada para baixo das cotações internacionais, causada pelo aumento da produção de látex nos países do Sudeste Asiático. Entre março e dezembro de 2014, o lucro do produtor caiu de R$ 3.000 para R$ 200 por hectare ao ano, no estado de São Paulo. Em 2011, período em que o látex atingiu recorde de alta, o lucro chegou a R$ 7.000 por hectare. Aproximadamente 95% da produção brasileira de látex são destinados à fabricação de pneus.

Externamente, a atenção recaiu sobre a 20ª Conferência das Partes sobre Mudança Climática (COP-20), finalizada na madrugada de 14 de dezembro último. O plenário aprovou o chamado "rascunho zero" de propostas consideradas cruciais para a discussão do novo acerto para a questão do clima, na COP-21, a ser realizada durante novembro de 2015, em Paris. O "Chamamento de Lima para a Ação sobre o Clima", título dado ao documento final, conseguiu obter consenso entre as 195 delegações presentes no evento.

Quanto aos possíveis efeitos da mudança climática e à degradação dos recursos naturais, a agricultura pode ser vista sob dois pontos de vista opostos: como causadora e como receptora dos efeitos das mudanças climáticas. Quando se incluem o desmatamento e o uso de combustíveis fósseis, ela é responsável por mais de um quarto do total de emissão de gases do efeito estufa. Ao mesmo tempo, ela fica à mercê do impacto de eventos climáticos extremos imprevisíveis, tais como secas e inundações, cada vez mais intensos e frequentes.

A boa notícia vem do Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a divulgação de informações sobre a queda de 18% no desmatamento da Amazônia Legal, entre agosto de 2013 e julho de 2014, em comparação à temporada precedente. Os dados são do sistema PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que representam o índice oficial de desmatamento do governo federal. A avaliação acontece nos meses integrantes do chamado "calendário do desmatamento", relacionado às chuvas e às atividades agrícolas.

Para finalizar, o Caderno Especial trata do setor *pet* e das suas relações econômicas mais estreitas com a agropecuária. É uma cadeia produtiva em ampla expansão no Brasil e no mundo, importante agregadora de valor às matérias-primas oriundas do campo. O seu papel na sociedade moderna requer uma releitura dos marcos regulatórios pelos pontos de vista sanitário, nutricional e ambiental. A questão da competitividade é um fator a ser considerado pela política tributária para o Brasil fazer a sua inserção mais forte no mercado internacional. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Gustavo Diniz Junqueira, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Patricia Werner e Camila Senna
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho
Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Antonio Alberto Gouveia Vieira, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Joaquim Levy, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior
Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roberto Castello Branco (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio







Abre Aspas

06 Almir Dalpasquale | Falta política sanitária ajustada ao dinamismo do campo

09 Macroeconomia | O ajuste fiscal de 2015 e 2016: a difícil travessia do deserto

10 Agrodrops

13 Frases e Comentários

Mercado & Negócios

15 *Commodities* em 2015 | Voltando para a normalidade

17 Seringueira | Quedas nos preços do látex

19 Etanol | Mercado em expansão nos EUA

21 Agronegócio | Destaque econômico, importância social

23 Pequena e média produção | União aumenta acesso a inovação e sustentabilidade

24 Café | Determinantes econômicos da certificação

Mercado & Negócios: Tendências

26 Soja | Dólar definirá lucratividade em 2015

27 Carne bovina | Demanda interna pode surpreender em 2015

Gestão

28 Concorrência | Combustível para a eficiência

29 Georrastreabilidade | Sustentabilidade da bovinocultura

Sustentabilidade

32 Desmatamento da Amazônia | Queda de 18% em um ano

33 20ª Conferência sobre Mudança Climática | Bases para novo acordo

34 Mudanças climáticas | Agricultura sustentável

Conteúdo Especial

35 Especial Abinpet | Os *pets* no novo agro

42 Especial CNC | CNC aponta preocupações e necessidades do setor

44 Especial Andef | Propriedade intelectual contra a fome

Colunas

45 Diário de bordo | Frutas para o mundo

46 Produzir | Risco de defasagem tecnológica

47 Opinião | Resiliência, segurança jurídica e meio ambiente

48 Reflexão | 2015, uma aventura complexa

49 Serviço ao agronegócio

Mercado & Negócios



Seringueira

Gestão



Georrastreabilidade

Conteúdo Especial



Os *pets* no novo agro

Almir Dalpasquale
Presidente da Aprosoja Brasil

FALTA POLÍTICA SANITÁRIA AJUSTADA AO DINAMISMO DO CAMPO

Por Paulo Roque

O tempo de resposta do Governo é longo, o que dificulta organizar um plano de controle de pragas, como a *Helicoverpa armigera*, segundo Almir Dalpasquale, que, nesta entrevista à ***Agroanalysis***, faz uma análise da situação da principal *commodity* agrícola do País.

Dalpasquale é produtor rural desde 1988, com propriedades na região norte do Mato Grosso do Sul. Atualmente, é presidente da Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja Brasil) e da Comissão de Grãos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Ocupa, ainda, os cargos de diretor tesoureiro da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Sistema Famasul) e de diretor executivo do Fundo de Desenvolvimento das Culturas do Milho e da Soja de Mato Grosso do Sul (Fundems). Foi presidente da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso do Sul (Aprosoja/MS) por duas gestões, desde sua fundação, em 2007, até 2013.

AGROANALYSIS **Nesse primeiro ano de gestão na presidência da Aprosoja, qual foi o maior desafio?**

ALMIR DALPASQUALE Apesar de tantos desafios, a questão da sanidade vegetal chamou a atenção pela complexidade e nos tomou bastante tempo e energia em 2014. Infelizmente, o Brasil ainda perde muito por não ter uma política de defesa sanitária ajustada ao dinamismo e à necessidade do campo. Isso fica bem claro quando uma praga nova entra no País e vemos o tempo de resposta do Governo para liberar produtos de defesa e organizar um plano de controle. Esse foi o caso com a lagarta *Helicoverpa armigera*, que expôs a precariedade de todo um sistema de registro e disponibilização de tecnologias, inclusive de produtos genéricos e biológicos.

Vimo-nos obrigados a elaborar listas de produtos prioritários e trabalhar intensificando a pressão política sobre os órgãos de registros. Por fim, percebemos o grande gargalo, a lei e as normas atuais encoleiraram a Ciência e soltaram as feras da burocracia, criando um grande cartório. Se considerarmos o prazo médio de registro de seis anos para um produto novo, significa condená-lo a ser lançado já obsoleto. Por isso, trabalhamos bastante em cima de uma proposta de atualização do marco legal de agrotóxicos e de defesa vegetal. Mas, como é um assunto para ser resolvido no médio prazo, ainda teremos muito trabalho neste ano.

AGROANALYSIS **A questão dos *royalties* da soja transgênica ainda não está resolvida?**

AD Esse é outro tema muito relevante para a cadeia. Teremos de trabalhar muito para resolvê-lo. Embora a tecnologia RR1 já seja um assunto superado, especialmente com a queda da patente em domínio público, novas tecnologias estão disponíveis aos produtores, e outras estarão em breve no mercado. O grande problema, hoje, é a forma como é feita a cobrança. Foi criado um sistema em que se cobra na semente e se faz um controle na comercialização. Infelizmente, como ainda há um risco de contaminação



> “...A BIOTECNOLOGIA JÁ ESTÁ ENRAIZADA NA PRODUÇÃO BRASILEIRA.”

de cargas de soja no transporte e nos armazéns, pode haver uma cobrança injusta. Além disso, há uma falta de coordenação dentro da cadeia global. Isso ficou claro no problema judicial da *trader* Cargill com a Syngenta nos Estados Unidos. No Brasil, a questão é outra, embora também envolva a segregação. Aguardamos, há um ano, um acordo entre *traders*, cerealistas e cooperativas com a Monsanto para o controle do uso da tecnologia no momento da sua venda, sem o qual a comercialização da soja transgênica fica prejudicada. Por isso, precisamos de uma forma de remuneração mais justa pela tecnologia, como foi combinado em 2013. Nossa expectativa é de resolver esse assunto até o final do primeiro semestre deste ano.

AGROANALYSIS Podemos considerar a biotecnologia como consolidada na sojicultora nacional?

AD Acreditamos que a biotecnologia já está enraizada na produção brasileira. Dizemos isso porque mais de 90% da área plantada com soja são feitos com a tecnologia transgênica. Essa adoção ajudou o Brasil a se tornar exportador de alimento, junto, é claro, com todas as demais tecnologias usadas nas lavouras, agroquímicos, maquinários e tecnologias de manejo.

AGROANALYSIS A regulação do refúgio sanitário para os produtores passa pela autogestão da cadeia produtiva da soja?

AD A Aprosoja Brasil, em parceria com outras entidades, está promovendo a discussão sobre o refúgio. No ano passado, fizemos um trabalho, junto do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Embrapa, para definir melhor as formas de se aplicar o manejo nas lavouras do País. Até o momento, criamos um Grupo Técnico, no qual estão presentes a indústria, as entidades e os pesquisadores. Todos discutem a melhor forma de se estabelecer o tamanho da área ideal para se implantar refúgio. Estamos tentando, ainda, construir uma instrução normativa, junto com o MAPA, que também deve ser liberada nos próximos meses. A ideia é fazer políticas de conscientização e mostrar ao produtor que a necessidade é de se fazer um manejo adequado. Estamos tendo o cuidado de construir uma normativa com responsabilidades compartilhadas, acomodando a fiscalização e um cadastro de produtores.

> "OS FERTILIZANTES PRECISAM EVOLUIR PARA UMA NOVA REALIDADE, COM MENOR RELAÇÃO ENTRE USO E DISPONIBILIDADE PARA AS PLANTAS."

AGROANALYSIS Estamos sendo competitivos na área de defesa sanitária em termos de novos produtos?

AD Como adiantamos, com o prazo atual para registrar produtos novos, genéricos ou biológicos, estamos na lanterna de todos os países que utilizam a tecnologia. Hoje, o Brasil trabalha com o material já disponibilizado. Sabemos, no entanto, que nossos vizinhos e competidores no mercado internacional já têm à mão produtos não só melhores, como mais baratos. Ou seja, além da falta de agilidade, ficamos com um produto muito mais caro para ser adquirido. Com isso, um inseticida para lagarta que custa US$ 25,00 por hectare na Austrália aqui não sai por menos de US$ 75,00. Por isso, além de tudo, ainda temos contra nós o Custo Brasil.

AGROANALYSIS Qual é a tendência nos prêmios dos preços para as culturas convencionais em relação às transgênicas?

AD Na verdade, isso tem variado muito e depende de acerto da empresa com os produtores. Acredito que seja o principal fator influenciador na adoção da soja convencional hoje. Antigamente, os produtores recebiam por saca um prêmio de R$ 2,50 a R$ 3,00. Estes valores não eram considerados um estímulo. Agora, já tivemos notícias de até R$ 6,00. O sentido melhorou, embora ainda não seja suficiente para elevar o interesse dos produtores em plantar soja GMO *free*. Ainda nesse sentido, há a necessidade de um maior controle da qualidade da semente, manejo dos campos e da segregação. O mercado comprador exige o máximo de 0,1% de presença de soja transgênica na carga entregue. Por isso, esse prêmio precisa subir mais, para dar retorno e para que valha a pena todo esse trabalho.

AGROANALYSIS Como avaliar os últimos resultados apresentados pela Anvisa com relação ao Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)?

AD Escrevemos até um artigo no qual parabenizamos a mudança de postura da Anvisa. Quando os fatos são analisados à luz da Ciência, falarmos de um setor sério, cumpridor de normas e com trabalho dentro da técnica fica mais claro. O grande furo, anteriormente já destacado, está na legislação e no sistema de registro em condenar à ilegalidade as principais frutas, legumes e verduras consumidas pelos brasileiros. Pelo fato de o seu mercado ser pequeno, não existem produtos registrados para estas culturas. Com isso, os produtores são obrigados a usar produtos dentro da dose, do limite e da técnica estabelecidos para a mesma praga ou doença, porém destinados a outras culturas, muitas vezes da mesma família botânica. O produto não fica contaminado, mas há uma inconformidade: na bula, não consta a destinação para a cultura, uma coisa inconcebível e uma falha na regulamentação.

Ao dizer que o alimento não está contaminado e que o consumidor pode fazer a sopa de abobrinha, a Anvisa deu um passo importante em direção à solução do problema. Agora, podemos concentrar-nos no problema real, e não ficar nos defendendo quanto a estarmos usando produtos fitossanitários sem controle e poluindo e intoxicando a todos.

AGROANALYSIS **Em termos de sustentabilidade, a tecnologia aplicada na soja pode ser considerada avançada?**

AD Sem dúvida. Temos as principais tecnologias hoje disponíveis aos produtores rurais brasileiros, de todas as culturas – soja, milho, algodão, feijão, café etc. Na soja, usamos um inoculante para substituir a necessidade de fertilizante nitrogenado. Com isso, reduzimos o consumo de derivados do petróleo. Fazemos, ainda, plantio mínimo e direto na palha, de modo a melhorar a infiltração de água no perfil do solo, elevar a matéria orgânica e reduzir a necessidade do uso de máquinas no preparo do solo.

Temos muito para avançar, por exemplo, na agricultura de precisão, que deve virar uma realidade e uma necessidade nos próximos anos. Precisamos construir um manejo de pragas e doenças mais avançado. A entrada de produtos biológicos para o solo e para a área das plantas será um passo importante para isso acontecer. Os fertilizantes precisam evoluir para uma nova realidade, com menor relação entre uso e disponibilidade para as plantas; enfim, todos aqueles desafios apontados pela Ciência e pela Pesquisa como uma necessidade e como metas a serem perseguidas.

AGROANALYSIS **A falta de chuva deverá prejudicar a colheita da safra 2014/15?**

AD Na verdade, assistimos, até agora, a um atraso nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em torno de uns vinte dias. Em seguida, as chuvas intensificaram-se, e, agora, o regime está normal. Já, na região do MAPITOBA, a estiagem registrada poderá atrapalhar um pouco. Mas, a expectativa é de uma normalização das chuvas de agora em diante.



> “SE O DÓLAR É SALVADOR AGORA, MATA-NOS ALI ADIANTE, COM O REAJUSTE DOS INSUMOS E A INFLAÇÃO INTERNA, QUE LEVA PARTE DO NOSSO FATURAMENTO.”

Para a colheita, o risco é de um excesso de chuva e do aparecimento de problemas como as doenças de final de ciclo, em especial com a ferrugem. Os descontos após a classificação da soja também tendem a aumentar e, assim, reduzir a renda dos produtores e aumentar a animosidade dentro da cadeia.

AGROANALYSIS **As recentes quedas nos preços internacionais são sinais de um ciclo de baixa na sojicultora?**

AD A agricultura tem ciclos. Sabemos disso. Mas, não diria que estamos em um ciclo de baixa, e sim de transição. E, por isso, é preciso ter cautela. Os produtores brasileiros precisam manter os pés no chão, não fazer grandes investimentos e se manter abaixo de seu limite de endividamento. Se o dólar valorizado é salvador agora, mata-nos ali adiante, com o reajuste dos insumos e a inflação interna, que leva parte do nosso faturamento. Muitos travaram negociações em dólar e, a essa altura, já se endividaram. O momento é de ou se manter com o que tem, ou queimar parte da gordura acumulada nas últimas safras.

Sobre as cotações em Chicago, arriscamo-nos a dizer que devemos voltar para a base de US$ 11,00 por *bushel*. As oscilações devem ficar dentro deste eixo. Não acredito em soja a US$ 9,00, porque se desestimula o mercado, e sabemos que a demanda não desaparecerá (leia-se China e países do Sudeste Asiático). Os fundos também estão alvoroçados com rumores de crises e devem partir ou para o dólar, ou para as *commodities*, e a soja tem se mostrado um refúgio seguro para os investidores nos últimos sete anos. ■

Macroeconomia

O AJUSTE FISCAL DE 2015 E 2016: A DIFÍCIL TRAVESSIA DO DESERTO

Clemens Nunes*

A ECONOMIA brasileira entrará no ano de 2015 enfrentando importantes desequilíbrios macroeconômicos: o superávit primário insuficiente para garantir uma trajetória sustentável da dívida pública; a inflação próxima do limite superior da meta do Banco Central; a atividade econômica próxima da estagnação; o investimento em níveis baixos; e as contas externas com déficit em transações correntes próximo de 3,7% do PIB. Dentre esses desafios, o mais importante e decisivo para retomada de uma trajetória de crescimento sustentável da economia será a superação da deterioração das contas públicas via um ajuste fiscal virtuoso. O termo "virtuoso" aqui se refere aos excepcionais talento e habilidade requeridos para realizar um ajuste fiscal rigoroso, realista, transparente e confiável. O ajuste deve ser rigoroso no sentido de quantitativamente importante para recuperar o equilíbrio das contas públicas, porém tão importante quanto seu tamanho será a capacidade de executá-lo. Para isso, o ajuste deve ter metas realistas, ser comunicado de forma clara e executado de maneira confiável. Dessa maneira, o ajuste produzirá uma melhora objetiva dos indicadores econômicos correntes, mas também influirá positivamente nas expectativas dos agentes econômicos.

Um ajuste fiscal com essas características contribuiria de maneira importante para solução dos desequilíbrios acima mencionados. Em primeiro lugar, este ajuste recuperaria a trajetória de solvência da dívida pública, reduzindo o custo de financiamento da dívida para o Governo e para as empresas. Em segundo lugar, uma política fiscal contracionista contribuiria para reduzir a demanda agregada e as pressões inflacionárias, permitindo que o Banco Central não elevasse sobremaneira os juros para levar a inflação ao centro da meta. Em terceiro lugar, o aumento da poupança pública contribuiria para aumentar o investimento na economia via redução dos juros e da melhora das expectativas dos empresários. Adicionalmente, o aumento da poupança pública contribuiria para reduzir o déficit em transações correntes, reduzindo a necessidade de financiamento externo para o balanço de pagamentos. Finalmente, este ajuste sinalizaria na direção de uma configuração mais equilibrada nos papéis do Governo e do setor empresarial na economia. A redução da presença governamental via mecanismos fiscais e parafiscais abriria espaço para uma presença maior do setor privado num mercado mais competitivo e eficiente.

Sendo tão cristalinos e relevantes os benefícios do ajuste fiscal, o atento leitor pode questionar por que se duvida que será feito. A resposta está na dificuldade de sua realização. A estrutura pouco flexível da despesa pública faz com que a melhora das contas públicas ocorra primordialmente do lado da receita, ou seja, via aumento da carga tributária ou do crescimento da economia. Ajustes fiscais em períodos de estagnação da atividade econômica são penosos, pois requerem queda expressiva da despesa pública. No entanto, parte relevante das despesas não financeiras está em áreas politicamente sensíveis. 77% da despesa pública não financeira do governo central estão concentrados em despesas sociais (assistência e previdência social, trabalho, saúde e educação). Além disso, parte significativa do crescimento da despesa pública não financeira em relação ao PIB está concentrada nestas despesas sociais (64%). Outras despesas que também cresceram significativamente em relação ao PIB (20%) foram os subsídios e as subvenções (PSI, Minha Casa Minha Vida e CDE). Em resumo, a tentativa de um ajuste fiscal rigoroso pela despesa envolve cortes em programas e gastos politicamente sensíveis. Outra possibilidade não exclusiva seria o aumento da carga tributária. No entanto, considerando-se o quadro político de extrema polarização e o discurso do Governo baseado na manutenção e na expansão dos programas sociais, questiona-se a viabilidade política de se fazer o ajuste necessário.

O ajuste fiscal virtuoso pode conduzir a economia brasileira a um novo período de crescimento sustentado, contribuindo para a solução dos desequilíbrios existentes e melhorando as expectativas dos agentes sobre o desempenho futuro da economia. No entanto, os desafios para realizá-lo são significativos. Para que se tenha êxito, a atuação do Executivo será essencial. ■

* Professor da Escola de Economia de São Paulo (EESP-FGV)

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção podem ser enviadas para o e-mail
psroque@uol.com.br

DÉFICIT NA CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM DE GRÃOS


SHUTTERSTOCK

Em 2014, foram instalados novos silos para receber 10,5 milhões de toneladas, elevando a capacidade estática total do País para 160 milhões de toneladas, segundo projeções da Carlos Cogo Consultoria Agropecuária. Este aumento ainda não alcança o tamanho da safra nacional de grãos, que chegará, neste ano, a cerca de 200 milhões de toneladas, gerando um déficit de armazenagem de 39,9 milhões, equivalente a 20% da produção. Esse patamar deve manter-se em 2016, de acordo com o vice-presidente e diretor de Relações com Investidores da Kepler Weber – a maior fabricante de silos do Brasil –, Olivier Colas.

ANÁLISE DE RESÍDUOS EM ALIMENTOS

Dados divulgados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) apontam que 98% dos alimentos foram considerados próprios para o consumo de acordo com o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos 2012 (PARA). Para Almir Dalpasquale, presidente da Aprosoja Brasil e diretor tesoureiro da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul), "a grande questão não é o uso do produto, mas o sistema moroso e burocrático de registro dos agrotóxicos. Chega a levar mais de sete anos para sair um registro. Existe uma fila de mais de mil pedidos aguardando carimbos, análises e reanálises".

PARA ONDE VÃO OS ADJUVANTES?

A história começa com a Lei nº 7.802/1989, que definiu de forma conjunta "os agrotóxicos e produtos afins". Depois, o Decreto nº 98.816/1990 separou e não enquadrou estes últimos na definição dos agrotóxicos. Já o Decreto nº 4.074/2002 define que o adjuvante é o produto utilizado em mistura com produtos formulados para melhorar sua aplicação. Ficava, então, a dúvida se o mesmo era caracterizado como agrotóxico, com necessidade de registro. Finalmente, em novembro de 2014, a Ata do CTA (Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos) estabeleceu que "os adjuvantes atuam como um **afim**, uma vez que alteram as propriedades físico-químicas e/ou melhoram a eficiência do agrotóxico" (grifo nosso). Mesmo assim, como há necessidade de disciplinar melhor o 'afim', uma norma específica terá de ser estudada e editada.

SAFRA MUNDIAL GENEROSA PARA 2014/15 (MILHÕES DE TONELADAS)

	Trigo		Milho		Soja	
	2013/14	2014/15	2013/14	2014/15	2013/14	2014/15
Estoque inicial	196	185	134	137	53	66
Produção	657	722	867	989	268	312
Importação	144	156	99	122	95	112
Consumo	679	712	864	954	260	286
Exportação	137	158	95	130	100	116
Estoque final	174	194	137	172	56	89

Fonte: USDA


SHUTTERSTOCK

CAR CADASTRA 130 MILHÕES DE HECTARES

Começamos 2015 com cerca de 130 milhões de hectares registrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Essa é uma exigência do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) para a regularização ambiental e a obtenção de financiamento público para produção. O governo federal terá de cadastrar, até maio de 2015, 329 milhões de hectares, o correspondente ao total de imóveis e posses rurais do País. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, informou que o Ministério está adquirindo o quarto lote de imagens de satélite, de modo a cobrir todo o território nacional. "Somos o país que mais adquire imagens no mundo com a finalidade de combater o desmatamento", explica.



SHUTTERSTOCK

AUMENTAR A PRODUTIVIDADE DA SOJA BRASILEIRA

Com investimento de R$ 1,3 milhão realizado em 2014, o Comitê Estratégico Soja Brasil (CESB) desenvolveu uma série de iniciativas para promover o aumento da produtividade de soja no País. Ao longo do ano, o CESB lançou mais dois novos temas para investigação: a utilização conjugada dos macronutrientes e a aplicação de nutrientes com o uso correto do espaço. Também realizou oito Fóruns Regionais, reunindo mais de 1.500 produtores, técnicos, pesquisadores e outros profissionais ligados ao agronegócio. "Todas essas iniciativas só são possíveis por conta da disposição dos dezessete membros do Comitê e do apoio dos patrocinadores", celebra Orlando Martins, presidente do Comitê.

BRASIL: SAFRA DE GRÃOS (MIL TONELADAS)

Produto	2013/14	2014/15
Algodão	1.734	1.539
Arroz	12.122	12.209
Feijão (total)	3.432	3.250
Milho (total)	79.909	78.689
Soja	86.121	95.805
Trigo	5.950	595
Outros	4.196	4.113
Total	193.461	201.555

Fonte: Conab

POLÍTICA NACIONAL DE IRRIGAÇÃO

A Secretaria Nacional de Irrigação (SENIR), do Ministério da Integração Nacional (MI), debateu a primeira versão da proposta de regulamentação da Política Nacional de Irrigação (Lei nº 12.787/2013) com agricultores beneficiários de projetos públicos do setor. As reuniões foram realizadas em Fortaleza-CE e Petrolina-PE. O texto da referida Lei aborda aspectos centrais para o desenvolvimento da agricultura irrigada no País, como a categorização dos irrigantes, que diferencia aqueles localizados em projetos públicos de irrigação (PPIs) dos privados. Outros aspectos abordados são política de cálculo e cobrança de tarifas para o desenvolvimento e emancipação para cada modalidade de projeto.



SHUTTERSTOCK

ANO INTERNACIONAL DOS SOLOS

SBCS.ORG.BR

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e a Embrapa, fez o lançamento oficial do Ano Internacional dos Solos. Durante o ano de 2015, o MAPA e a FAO realizarão, em conjunto, uma série de eventos alusivos aos solos, abordando todos os aspectos técnicos relevantes para a sua conservação. O Brasil possui entre 20 e 40 milhões de hectares de áreas de pastagens em algum estágio de degradação, com baixa produtividade da pecuária. Com o uso correto de tecnologias mais sustentáveis e de boas práticas agropecuárias, será possível reinseri-los no processo produtivo.

SHUTTERSTOCK



DÍVIDAS NO SETOR SUCROENERGÉTICO

Segundo dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), no próximo ano, as empresas vão dever 110% do que faturaram, cerca de R$ 77 bilhões. Os problemas de ordem financeira afligem um grande número de companhias. Desde 2008, um levantamento do Itaú BBA que faz um acompanhamento de sessenta e cinco empresas que representam dois terços de todo o setor mostra que, em dez anos, o endividamento destas companhias cresceu dezenove vezes, sendo que sessenta delas fecharam as portas. Sondagem no mercado aponta que um número próximo de trinta empresas solicitou processo de recuperação judicial, a antiga concordata, nos últimos anos no País.

O forte incremento no endividamento das usinas de açúcar e etanol ocorreu entre os exercícios de 2008 e 2009, com inversões elevadas para aproveitar a demanda aquecida por carros biocombustíveis e, também, os investimentos em cogeração de energia do bagaço da cana. Mas, as expectativas frustraram. Os leilões de energia para a cogeração não aconteceram, e, mesmo com a continuidade de grande produção dos carros *flex*, a concorrência com o preço da gasolina complicou a vida do setor. As agências de classificação de risco rebaixam as notas de risco das empresas, por estarem muito alavancadas e bastante endividadas, com a expectativa de fluxo negativo no caixa.

BRUCELOSE E TUBERCULOSE DE BOVINOS

Entrou em vigor, no dia 1° de dezembro de 2014, a Instrução Normativa SEAPA/RS nº 002/2014, que complementa e esclarece o cumprimento do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT), instituído em 2001. Qualquer propriedade com animal contaminado será considerada como foco, sendo interditada para movimentação de bovinos e bubalinos, por meio de Auto de Interdição. O egresso de bovídeos somente ocorrerá se os animais forem destinados ao abate em estabelecimento sob o serviço de inspeção. Devido ao risco de contágio, a Instrução Normativa 002/14 obriga, ainda, o produtor a realizar o teste em todos os animais do rebanho a partir do momento em que um estiver doente, o que não era exigido anteriormente.

A UNIÃO FAZ A FORÇA

Em menos de oito meses, a unificação da União Brasileira de Avicultura (UBABEF) e da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPECS) em uma única entidade, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), consolidou-se e já trouxe excelentes resultados para o setor. Dentre eles, na Ásia, estão o acordo firmado com a China para cooperação e intercâmbio técnico e de mercado, inclusive com habilitação de novas plantas, e o expressivo crescimento dos embarques de carne suína para mercados como o Japão. Outros pontos a destacar são a expansão das exportações para a Rússia e a reabertura da África do Sul para a carne suína, além da renovação da cota de exportação de carne de frango e a viabilização de uma nova cota de carne de peru para o México.

"Avalio que a simplificação regulatória tem que ser uma meta a ser perseguida pela próxima administração federal. A estrutura monstruosa da máquina pública faz o País patinar, e o Brasil precisa fazer mais com menos e mais rápido."

GUSTAVO JUNQUEIRA, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

"Apesar da incerteza econômica por que a indústria brasileira está passando com a recente eleição presidencial, a agropecuária manterá seu ritmo, pois é mais influenciada por fatores extrafronteira, dentre eles a modulação do câmbio na importação de insumos e a exportação dos gêneros agropecuários, a precificação das *commodities* agrominerais e o dinamismo dos parceiros comerciais internacionais."

ARIOVALDO ZANI, vice-presidente executivo do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (SINDIRAÇÕES)

"O Soja Plus é uma iniciativa que valoriza a agricultura brasileira ao viabilizar a melhoria contínua das propriedades rurais. A participação do Banco do Brasil no Programa reforça nosso compromisso com ações que apoiam, de forma efetiva, a evolução dos produtores rurais no sentido da sustentabilidade."

OSMAR DIAS, vice-presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil, na solenidade de assinatura do termo de cooperação mútua com a ABIOVE e a Aprosoja-MT, em São Paulo, que prevê investimentos no âmbito do Programa Soja Plus

"Em São Paulo, muitas áreas de cana-de-açúcar voltam a ser utilizadas para a produção de boi."

SÉRGIO DE ZEN, professor doutor do Cepea-Esalq/USP, ao participar do Painel "Macroeconomia e seus reflexos na pecuária", durante o Encontro de Analistas organizado pela Scot Consultoria, em São Paulo

"A gordura é um ingrediente importante para dar a maciez que o cliente quer ter, mas não quer ver."

GUSTAVO FARIA, gerente sênior da McDonald's Brasil, no Painel "Qualidade da carne, nichos de mercado e oportunidades", do Encontro de Analistas da Scot Consultoria

"Quando estive aqui em agosto, no encontro dos presidenciáveis, falei do meu orgulho de ter dialogado com o setor agropecuário. Hoje, Kátia Abreu, quero dizer que nossa parceria está apenas começando; temos quatro anos pela frente. Quero a CNA ao meu lado, preservada a sua autonomia e independência."

PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF, ao discursar durante a posse da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) de um novo mandato como presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)



"Ainda somos comprados, não vendemos. Não fizemos um acordo comercial relevante nos últimos anos."

ALEXANDRE MENDONÇA DE BARROS, consultor da MB Agro, no debate na SRB, referindo-se à situação do Brasil com relação ao comércio exterior

"A retomada de importantes mercados como China, Irã e Egito, bem como as perspectivas positivas para o anúncio do fim do embargo da Arábia Saudita e do Japão, nos permite manter uma previsão muito boa para 2015. Também temos indicativos de que as negociações com o mercado norte-americano para a carne *in natura* deverão avançar, o que nos abre possibilidades também para atingir outros países do NAFTA, bem como Caribe e América Central."

ANTONIO JORGE CAMARDELLI, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec)

"Olhando a avicultura no mundo, o Brasil está em outro patamar, abrindo caminho. Nossas empresas estão ganhando espaço. Temos proteína na mão (aves e suínos). Proteína é melhor do que petróleo."

FRANCISCO TURRA, presidente executivo da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA)

"É uma grande preocupação da cadeia produtiva da soja que seja concluída em breve a pavimentação da rodovia BR-163, pois este corredor de exportação traz uma significativa redução no custo de movimentação dos produtos aos portos de exportação."

CARLO LOVATELLI, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)

"A partir do momento em que os chineses contornarem a questão da água, por meio da tecnologia, nosso agronegócio perderá competitividade."

ANTÔNIO DELFIM NETTO, ex-ministro da Agricultura e professor emérito da Universidade de São Paulo (USP), no debate da Sociedade Rural Brasileira (SRB) sobre as tendências para o agronegócio nos próximos anos

"No Brasil, você não tem marcas; tem selos colados na embalagem."

MARCELO SHIMBO, sócio-diretor da Prime Cater, ao debater no Painel "Qualidade da carne, nichos de mercado e oportunidades", no Encontro de Analistas da Scot Consultoria



"O biodiesel, na esteira dos avanços obtidos em 2014 (adoção do B7), precisa de uma política de longo prazo que oriente as empresas do setor quanto a investimentos e novos planejamentos. É necessária melhor visualização do papel do biocombustível na matriz de combustíveis do País, sendo amplas as possibilidades de aumento da mistura compulsória no diesel mineral e de ampliação do seu uso em frotas municipais de ônibus, com benefícios para a sociedade na forma de empregos, renda e melhor qualidade do ar."

LEONARDO ZILIO, assessor econômico da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)

Commodities em 2015

VOLTANDO PARA A NORMALIDADE

Felippe Serigati[1] Roberta Possamai[2]

O ANO de 2014 encerrou com muita discussão em torno das razões pelas quais o barril do petróleo estava sendo negociado abaixo de US$ 60. Apesar das atenções estarem voltadas quase que exclusivamente para o petróleo, esse movimento de queda de preço foi algo generalizado para quase todas as *commodities*, inclusive as agrícolas. As causas estão relacionadas, do lado financeiro, às perspectivas de início de aperto da política monetária norte-americana e, do lado dos fundamentos, à resposta da oferta. A queda desses preços não significa que o mundo está entrando em crise; muito pelo contrário, significa que a economia mundial já está dando sinais de que está voltando à normalidade. Este movimento de queda deve continuar em 2015, porém em menor intensidade.

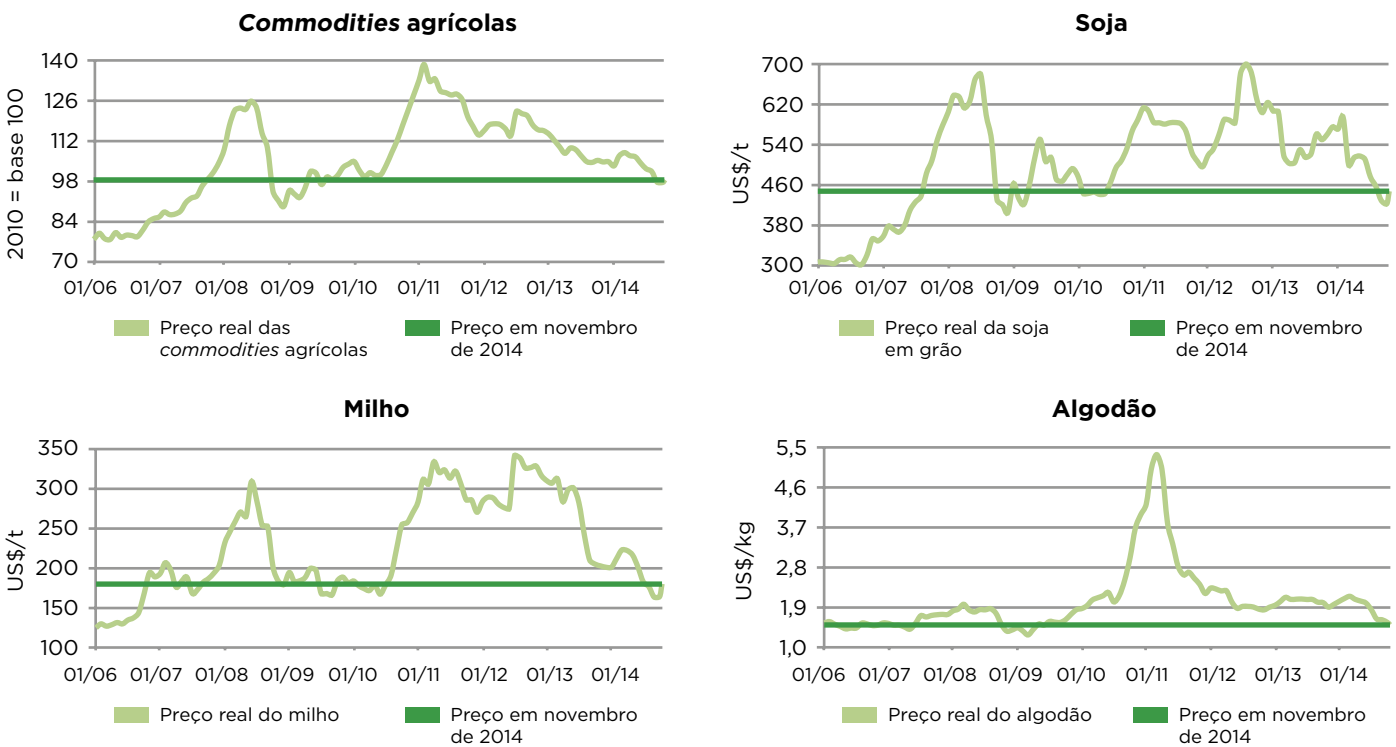
Infelizmente, ainda não está claro quão os produtores agrícolas já estão prontos para esse novo cenário. Vamos torcer para que o agronegócio brasileiro não esteja tão desfavoravelmente exposto a essa nova conjuntura como está a economia brasileira. De qualquer forma, os ventos favoráveis ficaram para trás, e isso não deveria ser novidade para ninguém.

Queda quase generalizada dos preços das *commodities*

Embora seja possível colocar o petróleo como a *commodity* mais importante para a economia mundial, é curioso notar que foram escassas as notícias ou análises mais aprofundadas tratando da queda das demais *commodities*, sejam elas agrícolas, minerais ou metálicas. O fato é que quase todas as *commodities* ainda estão em uma trajetória de queda. Isso significa que, apesar das particularidades de cada mercado, há fatores comuns a todas elas que explicam esse movimento baixista.

Ao observar a evolução do preço real das *commodities*, isto é, o preço com a inflação do dólar já descontada, chama a atenção o fato de que quase todas as cotações atuais estão oscilando praticamente nos mesmos patamares praticados ao longo de 2007. Obviamente, essa situação não é mera coincidência; na verdade, reflete um fenô-

EVOLUÇÃO DO PREÇO REAL DAS *COMMODITIES* AGRÍCOLAS (2010 = BASE 100)



Nota: US$ deflacionado pelo CPI de novembro de 2014
Fonte: Banco Mundial; U.S. Bureau of Labor Statistics

meno várias vezes tratado aqui na Revista ***Agroanalysis***: o ciclo de alta das *commodities* iniciado na década passada já encerrou seu período de ascensão de preços; estamos passando pela fase de ajuste, que pode ser observada tanto do lado financeiro, quanto do lado dos fundamentos.

As razões pelo lado financeiro

Como já foi discutido diversas vezes neste espaço, os movimentos na atividade especulativa tiveram contribuição decisiva para a formação dos preços das *commodities* agrícolas nos últimos anos, mais precisamente desde o período entre as safras 2006/07 e 2007/08. O que observamos em 2014 e continuaremos a observar agora em 2015 é nada mais do que a reversão dos fenômenos que puxaram para cima as cotações de diversas *commodities* entre 2007 e 2012.

Lá em 2007, conforme a economia norte-americana dava sinais de desgaste por causa dos problemas que viriam a eclodir a crise de 2008, parte significativa dos capitais alocados em ativos financeiros mais tradicionais, tais como ações, títulos públicos e privados, etc., migrou para ativos associados às *commodities* e às economias emergentes. Este movimento explica a forte aceleração dos preços de quase todas as *commodities* ao longo de 2007 e durante o primeiro semestre de 2008.

Quando eclodiu a crise no segundo semestre de 2008, o preço de todos os ativos financeiros, inclusive de *commodities* e moedas de países emergentes, sofreu forte perda de valor. Essa situação explica a intensa e generalizada queda dos preços das *commodities* até 2009. A forte recuperação das cotações das *commodities* até 2012 é explicada pela injeção de liquidez que os bancos centrais das principais economias, como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Japão e Dinamarca, fizeram com o intuito de salvar suas economias e seus sistemas financeiros. Parte significativa dos recursos injetados encontrou melhores oportunidades de valorização em ativos financeiros associados a *commodities* e moedas de países emergentes. Com isso, as cotações de várias *commodities* agrícolas registraram novos picos históricos entre 2011 e 2012.

EVOLUÇÃO DAS QUANTIDADES OFERTADAS E DEMANDAS PARA DIVERSAS *COMMODITIES* AGRÍCOLAS

	Variação da oferta	Variação da demanda
Entre as safras de 2000/01 e 2006/07		
Soja em grão	34%	31%
Milho	21%	19%
Trigo	2%	6%
Algodão	38%	35%
Açúcar	6%	12%
Entre as safras de 2007/08 e 2014/15*		
Soja em grão	42%	25%
Milho	24%	25%
Trigo	18%	16%
Algodão	-1%	-8%
Açúcar	7%	10%
Café	12%	18%

* Previsão
Fonte: USDA

Atualmente, o que vemos pelo lado financeiro é justamente a reversão desses dois fenômenos: de um lado, uma clara recuperação da economia norte-americana, aumentando o retorno esperado para os ativos financeiros mais tradicionais (ações e títulos); e, de outro lado, o fim da injeção maciça de liquidez e a perspectiva de aperto da política monetária norte-americana, refletida na expectativa de que a taxa de juros dos Estados Unidos vá subir talvez já neste primeiro semestre de 2015.

Todos esses fenômenos fazem com que a economia mundial volte para a sua trajetória de normalidade, afinal não faz sentido as *commodities* serem transacionadas em patamares tão elevados, bem como as moedas das economias emergentes ficarem tão apreciadas, as taxas de juros das principais economias permanecerem tão baixas e os bancos centrais destas economias continuarem a injetar tanto dinheiro nos mercados financeiros. O mundo precisa voltar à sua trajetória de equilíbrio de longo prazo.

As razões pelo lado dos fundamentos

Provavelmente, alguns leitores devem ter ficado desconfortáveis com a afirmação anterior de que não faz sentido que as *commodities* sejam transacionadas em patamares tão elevados, afinal ainda há a perspectiva de que os emergentes, com especial destaque para a China e para as demais economias asiáticas, devem prosseguir na sua trajetória de crescimento forte, embora, agora, mais desacelerado. Com a expansão da renda nessas economias, combinada ao contínuo aumento da taxa de urbanização, a demanda por alimentos deve continuar crescendo, o que deveria manter aquecidos os preços das *commodities* agrícolas.

A lógica anterior está correta, mas conta apenas um lado da história. Para compreender a dinâmica dos fundamentos, é necessário também incluir o comportamento da curva de oferta. Após um longo período de preços elevados, já é possível observar que a oferta também cresceu fortemente, eliminando o excesso de demanda existente. Na verdade, para algumas *commodities*, a quantidade ofertada, inclusive, já ultrapassou a quantidade demandada, refletindo em estoques mais elevados. ■

1 Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippeserigati@gmail.com
2 Economista pela Universidade de São Paulo (USP) e aluna de Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) – rc.possamai@gmail.com

Seringueira

QUEDAS NOS PREÇOS DO LÁTEX

Alcides Torres[1] Rafael Ribeiro de Lima Filho[2]

A ÁREA com seringueiras está em larga expansão no Brasil, motivada pela alta de preços do látex no mercado brasileiro nos últimos anos. Desde 2005, a taxa média de crescimento foi 13,5% ao ano. A soja, por exemplo, uma das culturas com maior aumento em área, apresentou taxa média de 4,7% ao ano neste período.

O cenário atual de preços é diferente. No curto e médio prazos, a expectativa é de que os preços do látex se mantenham pressionados negativamente, devido ao forte aumento da oferta no mercado mundial. Alguns agentes-chave estimam em R$ 1,50 o quilo de látex em São Paulo e na região Centro-Oeste para os próximos meses. O dólar valorizado em relação ao real, porém, pode ser um fator de sustentação das cotações, tendo em vista a parcela do produto importado.

Na simulação apresentada, o lucro caiu de R$ 7.000, em 2011 – quando se notou um recorde de alta nos preços –, para R$ 200, em dezembro de 2014.

Resultado econômico

Atualmente, os custos de produção variam entre R$ 1,15 e R$ 1,95 por quilo, dependendo da região, do sistema de produção e do tipo de mão de obra. Considerando um valor médio de R$ 1,55 por quilo de látex, temos um custo de produção muito próximo do preço de venda hoje.

Calculamos a estimativa de rentabilidade da atividade considerando três cenários de preços para o látex em São Paulo:

- O atual (dezembro de 2014), com o produto cotado a R$ 1,60 por quilo;
- Preços antes das quedas (março de 2014), de R$ 2,30 por quilo;
- Preços de 2011, que motivaram a forte expansão da produção, de R$ 3,30 por quilo.

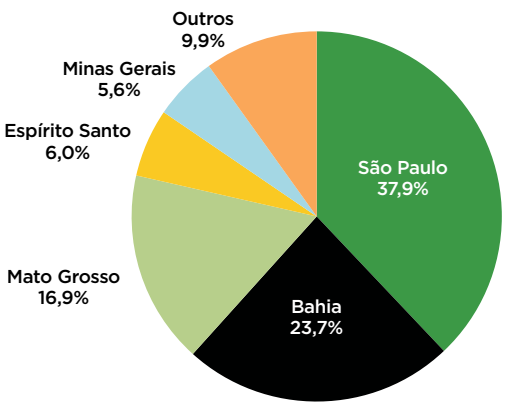
O Cenário 1 indica que o lucro atual é de aproximadamente R$ 200 por hectare por ano. No Cenário 2, o lucro foi de R$ 3.000 e, no Cenário 3, de R$ 7.000. A queda do lucro médio por hectare foi de 93,3%, na comparação entre março a dezembro de 2014. Tomando como referência os preços de 2011, a queda foi de 97,1%.

ESTADO DE SÃO PAULO: ESTIMATIVA DO RESULTADO ECONÔMICO DA PRODUÇÃO DE LÁTEX

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Custo de produção (R$/kg)	1,55	1,55	1,55
Preço de venda (R$/kg)	1,60	2,30	3,30
Árvores (unidade/ha)	500	500	500
Produtividade (kg/árvore/ano)	8	8	8
Produção (kg/ha/ano)	4.000	4.000	4.000
Receita (R$/ha)	6.400,00	9.200,00	13.200,00
Custo de produção (R$/ha)	6.200,00	6.200,00	6.200,00
Lucro (R$/ha/ano)	**200,00**	**3.000,00**	**7.000,00**

Nota: O lucro calculado considera a depreciação de máquinas e equipamentos
Fonte: Scot Consultoria

BRASIL: PARTICIPAÇÃO ESTADUAL NA ÁREA PLANTADA COM SERINGUEIRA, EM 2014



Fonte: Scot Consultoria

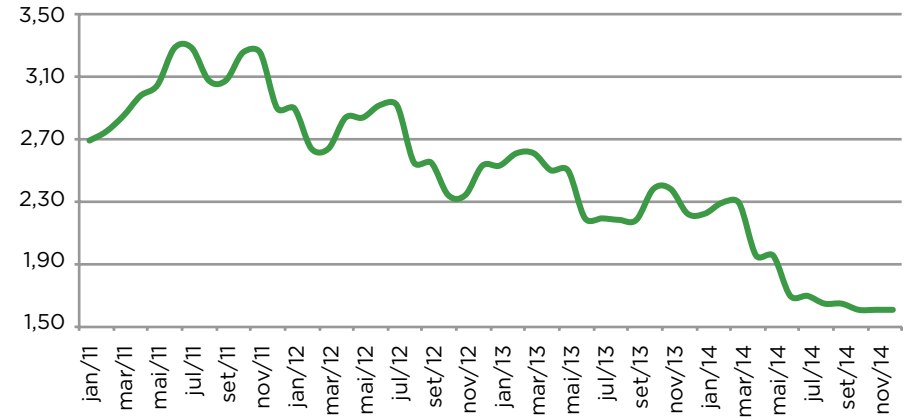
A expansão

Segundo dados históricos da Produção Agrícola Municipal (PAM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que a seringueira tenha ocupado uma área de 212,05 mil hectares no Brasil, em 2014.

O estado de São Paulo é o principal produtor nacional, com 37,9% da área ou aproximadamente 80 mil hectares. Na sequência, aparecem a Bahia, com 23,7% da área, e o Mato Grosso, com 16,9% do total. Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás também são importantes produtores de látex e, juntos, respondem por 14,7% da área com seringueira no País.

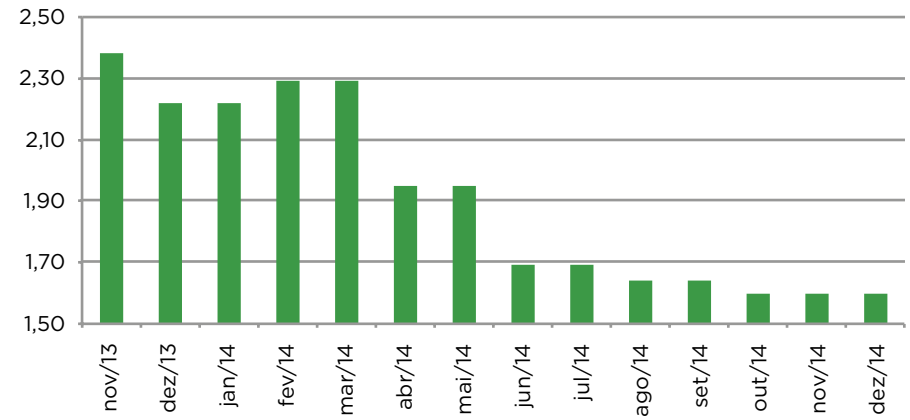
A expansão da área, influenciada pelos altos preços do látex, iniciou-se, em especial, a partir de meados de 2011. Naquela oportunidade, os preços médios do coágulo chegaram próximo a R$ 3,30 por quilo, com picos de até R$ 3,60 por quilo. O principal motivo da valorização foi o aumento da demanda interna, com o forte crescimento da indústria automobilística. Aproximadamente 95% da produção brasileira de látex são destinados à fabricação de pneus.

ESTADO DE SÃO PAULO: PREÇOS MÉDIOS MENSAIS DO COÁGULO (LÁTEX) PAGOS AO PRODUTOR (R$/KG)



Fonte: Apabor

PREÇOS MÉDIOS MENSAIS DO COÁGULO (LÁTEX) COM DRC DE 53% PAGOS AO PRODUTOR (R$/KG)



Fonte: Apabor

Como o Brasil produz apenas um terço da quantidade de borracha consumida, parte da matéria-prima é importada, principalmente da Ásia. Por isso, o mercado nacional é balizado pelos preços internacionais, que atingiram, naquele ano, um nível recorde e estimularam o crescimento da atividade. No exterior, a tonelada da borracha valia cerca US$ 3 mil em fevereiro de 2010, mas chegou à casa de US$ 5 mil em meados de 2011.

O valor de referência do coágulo ou látex para o produto com DRC ou TBS é de 53% – teor de borracha seca (TBS) ou, em inglês, *dry rubber content* (DRC). O valor padrão do mercado é o de 53%. Caso a borracha contenha mais ou menos água, o valor pode subir ou descer. Isso significa que, quanto mais seca estiver a borracha, maior o DRC.

O preço começou a cair neste ano. A causa foi o aumento da produção de látex nos países do Sudeste Asiático. Diante dessa maior oferta, os preços enfraqueceram no mercado internacional para valores perto de US$ 3,0 mil por tonelada, ou seja, patamares próximos de antes da alta em 2011.

Os resultados diretos dessa conjuntura são a queda no resultado econômico da atividade e, também, a diminuição da mão de obra no campo. Com os preços baixos, os produtores deparam-se com dificuldade para contratar mão de obra. Isso porque o seringueiro ou "parceiro" recebe comissão pela produtividade.

Considerações finais

Nos últimos tempos, as dificuldades enfrentadas pelos seringueiros provocaram mobilizações, como a criação da Associação Brasileira de Produtores e Beneficiadores de Borracha Natural (ABRABOR). Por meio desta entidade, os produtores pretendem realizar negociações para o setor ganhar fôlego econômico e não desanimar aqueles com investimentos na cultura. É preciso considerar que uma seringueira leva, em média, sete anos para estar em ponto de produção.

As principais sugestões apresentadas até então foram:

- A criação de uma taxa de equalização sobre o produto importado para garantir a manutenção de um preço mínimo (R$ 2,00 por quilo de látex); e
- O aumento da alíquota do imposto de importação (TEC – Tarifa Externa Comum) de 4,0% para 35,0%.

As propostas estão sendo analisadas, em Brasília, por ministérios como o da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); o do Desenvolvimento Agrário (MDA); o do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); o da Fazenda (MF); e pela Casa Civil.

No Mato Grosso, por exemplo, os produtores reativaram a Associação dos Heveicultores do Estado de Mato Grosso (Ahevea-MT). Esta ação demonstra a forte preocupação existente com o setor não só em relação ao preço, mas também a dificuldades para encontrar mão de obra para a atividade.

Além da questão econômica, há o lado social, pois a seringueira é uma cultura perene, que exige colheita manual. Com isso, a heveicultura colabora com a fixação do homem no campo, por meio da geração de emprego e renda. ■

1 Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria
2 Zootecnista da Scot Consultoria

Etanol

MERCADO EM EXPANSÃO NOS EUA

Plinio M. Nastari*

O RITMO de produção de etanol nos EUA bateu novo recorde, na primeira semana de dezembro último, ao atingir uma média diária de 157,08 milhões de litros, aumento de 2,7% sobre a semana anterior. Considerando a manutenção desse nível de produção, os EUA devem atingir um novo recorde de produção de etanol, com cerca de 57 bilhões de litros de etanol ao ano.

O aumento na produção reflete a melhora das margens da indústria norte-americana. Na primeira semana de dezembro, o etanol em Chicago foi negociado, em média, a US$ 1,9958/galão, aumento de 6,1% em um mês, enquanto o valor do milho registrou menor valorização, de 1,2%. No intervalo de um ano, as margens apresentaram variação positiva devido à queda do preço do milho (-11,4%), em proporção maior do que o recuo do preço do etanol (-8,5%).

Os estoques também subiram, em 2,7%, na mesma semana, para 2,82 bilhões de litros, à medida que a queda do preço da gasolina prejudicou a viabilidade da mistura. A oferta de etanol representou 9,80% da demanda de gasolina. Diante de um mercado interno bem abastecido e com pouco espaço para aumentar a mistura, produtores têm focado no mercado externo.

As exportações norte-americanas de etanol atingiram 305,81 milhões de litros no mês de outubro, 38,26% a mais do que no mês anterior. Em relação a outubro de 2013 (204,73 milhões de litros), o aumento foi de 49,37%. No acumulado de janeiro a outubro de 2014, as exportações de etanol somaram 2,59 bilhões de litros, elevação de 42,31% sobre o mesmo período de 2013 (1,82 bilhões de litros). No mesmo período, a título de comparação, o Brasil exportou apenas 1,17 bilhão de litros, uma redução significativa em relação ao volume exportado nos primeiros dez meses de 2013, de 2,62 bilhões de litros.

Essa *performance* ocorre apesar da decisão da Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos EUA de prorrogar, mais uma vez, no final de novembro, a publicação da proposta final sobre as metas do RFS2 para o ano de 2014. De forma quase que incrível, a meta de 2014 só será publicada neste ano, juntamente com as metas de 2015.

A produção de etanol de segunda geração marcou novo recorde nos EUA. No acumulado de janeiro a outubro, foram produzidos 466.107 galões, ou 1,764 mi-

Sem informações sobre os novos mandatos

Em 15 de novembro de 2013, a EPA submeteu uma proposta a consulta pública (pelo prazo de sessenta dias) para os volumes obrigatórios de cumprimento do RFS 2014. O documento preliminar propôs uma redução significativa no volume total de combustíveis renováveis em relação ao volume originalmente previsto na legislação aprovada pelo Congresso dos EUA em 2007.

Dentro de um contexto de redução do consumo de gasolina aliado ao limite de mistura de etanol, a EPA sugeriu reduzir a meta do RFS2 dos 18,15 bilhões de galões (68,71 bilhões de litros) inicialmente planejados para 2014 para uma faixa entre 15,00 e 15,54 bilhões de galões, o que representa uma redução em relação à meta originalmente estabelecida de 2,63 a 3,15 bilhões de galões.

Desde então, após a agência ouvir todas as partes interessadas no programa, havia grande expectativa de que a EPA publicasse a decisão final dos volumes de mistura em novembro do ano passado, após as eleições legislativas. Contudo, ao resolver postergar mais uma vez essa decisão, o mercado segue tomado de incertezas sobre investimentos em futuros projetos de usinas e em infraestrutura nos EUA e nos países que têm interesse em abastecer o mercado norte-americano, como o Brasil.



SHUTTERSTOCK

lhão de litros de etanol celulósico. Contudo, o volume de etanol celulósico produzido até então estaria abaixo da meta do RFS2, conforme proposta preliminar de outubro de 2013.

De acordo com a proposta preliminar, tem-se como meta a produção de 17 milhões de galões (64,4 milhões de litros) de biocombustível celulósico para 2014. De modo a atender esse objetivo, a Agência de Proteção Ambiental dos EUA aprovou, em 2 de julho, uma medida que permite a utilização de novos tipos de combustíveis que podem ser contabilizados na categoria de segunda geração. São dois novos componentes que passaram a compor a definição dos volumes a partir de 2014:

i) O gás natural – tanto o comprimido, como o liquefeito –, a partir do biogás produzido de aterros sanitários, biogestores de esterco e estações de tratamento de esgoto que se qualifiquem para atender as metas de biocombustíveis celulósicos;

ii) A eletricidade também gerada a partir do biogás e utilizada para mover carros híbridos.

Considerando também estas duas novas fontes, a produção de biocombustível celulósico somou 18,158 milhões de galões (68,736 milhões de litros) em etanol equivalente entre janeiro e outubro de 2014, acima, portanto, da meta preliminar do RFS2 para 2014, contra apenas 196.363 galões (743.315 litros) em igual período de 2013.

Houve, também, a geração do RIN D7, que é derivado do biodiesel celulósico. Em outubro passado, a geração de RIN D7 atingiu 24.030 galões em etanol equivalente, totalizando 59.305 galões no acumulado do ano, contra 227.592 galões entre janeiro e outubro de 2013. Cada RIN corresponde a um galão de etanol equivalente.

Quanto ao RIN D5, derivado do biocombustível avançado, que inclui o etanol produzido a partir da cana-de-açúcar, foram gerados 6,16 milhões de RINs em outubro, totalizando 125,43 milhões de galões entre janeiro e outubro de 2014, ante 516,16 milhões de RINs D5 em igual intervalo de 2013, ou seja, uma queda de 75,7%.

Já a geração de RIN D6, originado basicamente pela mistura de etanol de milho na gasolina, somou 11,84 bilhões de galões no acumulado de janeiro a outubro de 2014, 8,2% a mais em relação ao volume gerado em mesmo período de 2013; enquanto a geração de RIN D4 (biodiesel de primeira geração) alcançou 2,15 bilhões de galões em etanol equivalente, aumento de 0,4% em comparação a mesmo período de 2013.

Considerando a proposta preliminar divulgada em 15 de novembro de 2013 para as metas do RFS de 2014, o volume de RINs gerado entre janeiro e outubro de 2014 foi equivalente a 93% do que seria exigido pelo programa para todo o ano. ■

* Presidente da DATAGRO



SHUTTERSTOCK

Agronegócio

DESTAQUE ECONÔMICO, IMPORTÂNCIA SOCIAL

Caio Tibério Dornelles da Rocha*



O AGRONEGÓCIO desempenha um papel estratégico na economia nacional. Atrai investimentos estrangeiros e colabora para o desenvolvimento do País. Porém, sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) não segue o rumo previsto pelas teorias econômicas – a despeito da desaceleração geral, o crescimento da produtividade do campo não cessa. Há duas décadas, o setor é responsável por aproximadamente um quarto de toda a riqueza produzida no Brasil.

Segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Universidade de São Paulo (USP), o PIB do agronegócio era de R$ 729 bilhões em 1994, o equivalente a 26,3% do PIB do País. Até 2003, a taxa de crescimento do setor acompanhou o produto interno nacional, com 2,2% ao ano, levando à variação acumulada de 21% de ambos. Já no ano de 2003, o produto interno do setor encerrou com R$ 884 bilhões, o que correspondia a 26,3% do total brasileiro, de R$ 3,36 trilhões.

Já o período mais recente, de 2004 a 2013, foi marcado pelo descolamento dos dois produtos. Enquanto a taxa de crescimento anual visualizada no setor foi de 2,1% ao ano, a taxa do PIB brasileiro foi equivalente a 3,5%, gerando variações acumuladas da ordem de 20% e 36%, respectivamente. Ainda assim, o produto relativo ao agronegócio chegou a R$ 1,09 trilhão, representando 22,5% do PIB nacional, mantendo, assim, a média aproximada.

Registre-se que essa diferença não foge do esperado. De acordo com dados históricos da economia norte-americana, analisados por John M. Antle, em "The New Economics of Agriculture", é de se esperar que o crescimento econômico de um país resulte em uma menor participação da agricultura e da pecuária em seu PIB.

Isso se explica com a elasticidade-renda da demanda por produtos provenientes do agronegócio, que tende a ser positiva e inferior a 1. Ou seja, para cada 1% de aumento real na renda dos consumidores, uma parte minoritária do acréscimo é destinada à compra de alimentos. Isso implica uma redução proporcional da demanda por este tipo de produto, pois, quanto mais aumenta a renda de uma população, menor passa a ser a porcentagem investida no consumo de alimentos essenciais.

Contudo, apesar do que é estimado pelas teorias econômicas, a queda da expressividade do agronegócio ainda não ocorre de maneira consistente no Brasil. Mesmo com as oscilações das últimas décadas, a área continua sendo responsável por praticamente a mesma fatia de riqueza gerada. Para explicar tal peculiaridade, existem dois fatores a serem apontados.

Primeiramente, 39% da população brasileira, segundo estimativas da FGV (Fundação Getulio Vargas), são considerados pobres, sendo que 30 milhões estão abaixo da linha da pobreza. Esse estrato populacional, ao perceber uma melhora em sua renda, tende a consumir mais alimentos básicos e proteína animal.

Ademais, ao se levar em conta, ainda, que metade dos brasileiros pertence à classe C, a melhora no orçamento doméstico desta parte da população propulsiona a compra de alimentos processados e de maior valor agregado. Consequentemente, eleva-se o consumo interno dos produtos da agroindústria. Fica claro, portanto, que o Brasil ainda não atingiu um nível de maturação econômica e social suficiente para uma queda representativa no consumo proporcional destes produtos.

O segundo ponto que contribui para o esclarecimento do fenômeno é a maneira como o Brasil está inserido no comércio internacional. A agropecuária nacional é fornecedora de produtos para diversas outras nações. O aumento nas exportações



SHUTTERSTOCK


SHUTTERSTOCK

não explica somente como a área manteve-se com forte participação no PIB, mas também justifica o aumento na lucratividade dos setores "antes da porteira" (de insumos) e "dentro da porteira" (relativos às atividades agrícolas e pecuárias).

Entre 1994 e 2003, o agronegócio foi responsável por cerca de 42% das exportações totais; em média, partindo de US$ 19 bilhões, em 1994, para US$ 30 bilhões, em 2003. Com crescimento de 156% entre 2004 e 2013, passou a representar 38% das exportações, aproximando-se de US$ 100 bilhões. Durante o período, pode-se dizer que, para cada US$ 10, US$ 4 saíram do campo.

Ao longo da última década, a agricultura e a pecuária permitiram que o Brasil fosse mais competitivo no cenário internacional, passando a figurar entre os principais produtores e exportadores mundiais. Atualmente, o País ocupa a primeira posição na produção de café, açúcar, suco de laranja e carne bovina. No âmbito das exportações, é *player* majoritário nos mesmos produtos, adicionando à lista os mercados de milho e carne de frango. Além disso, desde meados dos anos 2000, é líder no *ranking* de exportações líquidas de produtos agrícolas. Em 2013, segundo informações da Organização Mundial do Comércio (OMC), chegou ao saldo líquido de US$ 76 bilhões na balança comercial.

A consolidação do Brasil como um dos principais *player*s mundiais veio acompanhada da diversificação dos parceiros comercias. Em 1997, as exportações atingiam 194 mercados, sendo que 58% das vendas totais eram destinados aos Estados Unidos e à União Europeia. Já, em 2013, o País exportou para 216 nações e aumentou as vendas para mercados importantes e estratégicos, como a China, o Oriente Médio e a África.

Tais números representam o quão atrativo o Brasil tornou-se para aplicações estrangeiras nos últimos anos. O crescimento das reservas internacionais, conjuntamente à melhora de outros indicadores econômicos, aumentou a atratividade do ambiente de negócios no País. Internamente, os investimentos geram o aquecimento na dinâmica concorrencial do setor. Segundo informações da PwC (PricewaterhouseCoopers), a indústria de alimentos e agronegócio aumentou sua participação no efetivo de fusões e aquisições, saltando de 9%, em 2003, para o pico de 15%, em 2007.

E há, ainda, o valioso aspecto adicional da importância social do agronegócio. Em uma economia mais aquecida, é fundamental contar com uma produção de alimentos intensa. Com mais produtividade, qualidade e competitividade, quem sai ganhando é a população consumidora. Além disso, para as contas públicas, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Matriz Insumo-Produto (MIP), o setor gera mais impostos do que diversas outras atividades da economia, como comércio, mineração, petróleo e gás e fabricação de caminhões e ônibus. Para cada R$ 1 gerado na forma de valor bruto da produção, em 2009, o setor gerava R$ 0,07 na forma de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos indiretos.

Com todo o exposto, é inegável que o agronegócio possui enorme valor no contexto da economia brasileira – valor proporcional a seus números. Sua função na balança comercial e em nosso PIB só não supera sua importância quanto à questão social, à população como um todo – a quem, afinal, a economia serve. ■

* Secretário nacional de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Pequena e média produção

UNIÃO AUMENTA ACESSO A INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE*

Luís Fernando Guedes Pinto[1]

HÁ UMA constante preocupação se a inovação para a sustentabilidade associada a instrumentos de mercado é de fato aplicável e acessível para pequenos e médios produtores. A certificação coletiva de produtores foi criada na perspectiva de possibilitar a participação deste público na roda dos potenciais benefícios econômicos e mudanças rumo a um melhor desempenho socioambiental. Nesse tipo de certificação, produtores organizam-se em grupos, sob uma gestão comum que garante o cumprimento das normas de certificação para todos os membros do grupo. As auditorias são feitas em uma amostra dos membros, mas a falha em qualquer produtor resulta em penalidades para todos. Portanto, nem todos são auditados todo ano, mas os riscos são compartilhados.

No Brasil, a certificação de grupos de produtores de café aumentou muito nos últimos anos, chegando, hoje, a representar quase a metade do volume de café certificado pelo sistema de certificação da Rede de Agricultura Sustentável (Rainforest Alliance). Mas, pairou a dúvida se a associação em grupos realmente possibilitava o acesso de produtores médios e pequenos à certificação RAS-RA ou se era somente um atalho ou uma maneira mais barata e mais fácil para grandes produtores se certificarem.

Para conferir essa pergunta, um estudo avaliou todos os certificados desse sistema válidos em 2011, o que englobava cinquenta e cinco produtores certificados individualmente e 144 distribuídos em onze grupos. Foi analisado o tamanho dos produtores, as características de suas propriedades e gestão e os dados sobre suas auditorias.

> “[A CERTIFICAÇÃO COLETIVA] REALMENTE PERMITIU A ENTRADA DE PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES.”

Concluiu-se que a modalidade de grupo realmente permitiu a entrada de pequenos e médios produtores. Dos cinquenta e cinco produtores certificados individualmente, a área média das fazendas foi de 1.755 hectares, sendo 73% de grandes propriedades e 27% de médias. Nos grupos, a média foi de 243 hectares, sendo 15% de grandes propriedades, 35% de médias e 50% de pequenas. A certificação em grupos foi mais barata por produtor nos grupos, custando, em média, oito vezes menos do que as auditorias individuais. Porém, a intensidade das auditorias – isto é, a duração e o número de auditores por fazenda auditada – foi a mesma que a de fazendas individuais. A nota final de desempenho e o tipo de não conformidade com as normas de certificação foram similares para as fazendas individuais e as certificadas em grupo. Portanto, a certificação em grupo resultou no mesmo rigor e nível de garantia que os observados em processos individuais, além do risco coletivo ser maior nos grupos.

Há uma grande variação de perfil de produtores dentro dos grupos e entre eles, havendo até a participação de pequenos, médios e grandes produtores no mesmo grupo. Os grupos são organizados de diferentes formas: por cooperativas, por união independente de produtores e por *traders* de café. Os grupos variam em tamanho, tendo de três a até quase 100 produtores. Porém, constatamos que o pequeno produtor certificado tem produtividade alta e é um pequeno diferenciado da média. Portanto, o pequeno com baixa produtividade continua fora do mundo e dos potenciais benefícios da certificação.

Esse novo arranjo entre produtores de diferentes tamanhos e perfis e atores da cadeia produtiva nos grupos certificados pode ser uma porta de acesso para inovação e para a sustentabilidade e mostra-se como oportunidades de mercado para os pequenos produtores. Essa é a visão otimista. A mais conservadora é a de que os grupos somente têm sido usados pela ponta da cadeia produtiva para aumentar a oferta de matéria-prima certificada de maneira mais ágil e com menor custo. Somente o longo prazo vai tirar essa dúvida. ■

* O trabalho completo foi publicado na revista científica Ecological Economics

1 Gerente de Certificação do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)

Café

DETERMINANTES ECONÔMICOS DA CERTIFICAÇÃO

Bruno Perosa[1] Maria Sylvia Saes[2]

A CERTIFICAÇÃO agroalimentar vem crescendo de forma exponencial nas últimas décadas. Desde as primeiras certificações aplicadas a produtos orgânicos, diversos selos surgiram nos mais diversos segmentos alimentares. Os riscos de contaminação e outras questões ligadas à segurança dos alimentos, somadas a estratégias de *marketing* e diferenciação, tendem a elevar o uso desses mecanismos de transmissão de informação nos segmentos agroindustriais.

A motivação inicial para a criação de uma certificação está ligada a um problema de assimetria informacional, em que consumidores não dispõem de acesso a informações sobre um produto ou seu processo de produção. Assim, do ponto de vista dos consumidores, a certificação estabelece um fluxo informacional que permite diferenciar produtos que cumprem certos critérios dos demais que coexistem nos mercados.

O mercado de café tem se destacado como um dos mais prolíficos para a utilização de certificações. Pelo lado da demanda, a existência de diversos mercados de nicho favorece o surgimento de certificações que buscam diferenciar os grãos por região, clima, técnica de produção e, até mesmo, por marcas. Pelo lado da oferta, observa-se um setor com nível elevado de coordenação, por meio de entidades cooperativas, que favorecem a difusão de tecnologia e a comercialização desse produto. Conjuntamente, esses fatores explicam o grande número de selos que vêm sendo adotados pelos cafeicultores brasileiros e, em especial, por aqueles localizados em algumas regiões tradicionais, como o Cerrado mineiro ou o sul de Minas.



SHUTTERSTOCK

Fatores afetando a certificação: o que a teoria econômica diz?

A teoria econômica aborda esse problema por vários prismas. Diversos trabalhos de um campo chamado Economia da Informação (Information Economics) tratam dessa questão analisando o problema de diferenciação de produtos de baixa e alta qualidade. Nesse sentido, o trabalho seminal do prêmio Nobel George Akerlof, "The Market for Lemons", analisa a dificuldade dos consumidores em adquirir informação sobre a qualidade de automóveis usados. Com base em um modelo de equilíbrio, Akerlof conclui que carros de baixa qualidade tendem a prevalecer em um mercado com elevada assimetria informacional (e, consequentemente, sem diferenciação de preços por qualidade), o que levaria a um problema de seleção adversa (só sobrariam carros de baixa qualidade nesse mercado). Tal conclusão pode ser estendida a outros produtos, especialmente alimentos, em que há grande variação de qualidade e dificuldade em se verificar esses atributos antes da compra.

No caso do café, a assimetria de informações permite que os agentes mal informados sejam objetos de comportamentos oportunistas por parte daqueles que possuem maiores ou melhores informações. Essa falha de mercado, decorrente da assimetria de informação, foi a grande responsável pela perda de competitividade do café brasileiro ao longo dos anos 80 e 90. Já que não se pagava pela qualidade, criou-se uma seleção adversa ao se desincentivar o produtor a buscar um produto de melhor qualidade: o café bom foi sendo expulso do mercado. Tal tendência começou a ser revertida em meados dos anos 90, com a introdução de incentivos e mecanismos de sinalização da qualidade. As certificações privadas tiveram um papel importantíssimo nesse sentido.

Autores ligados a outras vertentes da Economia, como a Nova Economia Institucional, buscaram analisar as implicações da assimetria de informação sobre os custos de transacionar produtos. Analisa-se o impacto do custo de mensurar atributos dos produtos sobre as escolhas contratuais utilizadas. Assim, no caso de produtos de custo de mensuração elevado, buscam-se estruturas mais integradas (como os contratos de longo prazo ou, até, a integração vertical), em detrimento do mercado *spot*, que prevalece em produtos mais "commoditizados". Ressalta-se a importância de mecanismos de transmissão de informação como forma de elevar a eficiência das transações e, assim, reduzir seus custos. As certificações podem ser consideradas como um importante instrumento para facilitar a transmissão da informação, reduzindo custos de transação. Esse é o caso das processadoras que utilizam café orgânico. Sem uma certificação que atesta o atributo e práticas orgânicas de produção – o que é impossível de avaliar no momento da compra –,

estruturas de governança mais estreitas e custosas se tornam necessárias.

Outro conceito teórico relevante para o entendimento do processo de expansão das certificações relaciona-se às redes de informação atreladas a esses selos. Nesse sentido, é possível considerar uma certificação como uma rede composta por produtores e compradores que aderem a certo padrão, permitindo transmitir informação de forma mais eficiente do que aquela que seria possível em um mercado convencional. Nesse sentido, o número de agentes que adotarem essa certificação (tanto de produtores, como de consumidores) é um importante determinante do valor desse selo. Certificações que contam com grande contingente de usuários oferecem acesso a um mercado maior e, por isso, tendem a prevalecer num processo de competição entre certificações. Essa competição também tende a equilibrar o rigor dos critérios (de forma a atender a demanda dos consumidores) com os custos gerados para produtores que buscam a certificação.

Efeitos da certificação e o papel das políticas públicas

A forma como essas diferentes categorias de certificação competem e se complementam apresenta-se como um processo complexo. Ao avaliar o *mix* de certificações que irão adquirir, produtores consideram os custos de obtenção da certificação e os prêmios sobre preços que poderão ser adquiridos. Produtores que já cumprem certos critérios terão um custo menor para obter certas certificações, o que favorece que um produtor que já obteve uma certificação busque outras. Mas, também é preciso considerar se os mercados consumidores atribuem valor a essas certificações. De certa forma, faria pouco sentido obter uma mesma certificação que ateste algum critério semelhante a outra já adquirida. Porém, se ela permitir acesso a um mercado diferente, com pagamento de prêmio superior, o produtor poderá ter incentivo em buscá-la.

Essa interação entre certificações pode, se ocorrer de forma desordenada, criar um ruído e, assim, reduzir a capacidade das certificações de transmitir informações aos mercados consumidores. Da mesma forma, o desenvolvimento de certificações ligadas a grandes distribuidores pode acarretar uma maior assimetria de poder entre produtores e estas empresas, o que também merece atenção, para se compreender as implicações e tendências decorrentes desse processo.

Considerando a lógica do processo de certificação exposta acima, questiona-se qual papel o Estado tem no processo de certificação – se é que há algum. Apesar de a certificação ser predominantemente privada, ela interage com as diferentes formas de políticas públicas que vigoram no setor agrícola e de alimentos. Assim, as políticas públicas podem afetar as certificações, por diferentes canais. Do ponto de vista dos produtores, a disponibilidade de recursos públicos para crédito agrícola de custeio e investimento afeta a capacidade dos agricultores de atingir os padrões demandados pelas certificações. Por outro lado, a criação de certificações de origem geográfica, como a "Café do Cerrado", pode ser fortalecida por políticas de desenvolvimento territorial, que favoreçam a criação de uma identidade de regiões produtoras e, assim, permitam a agregação de valor para os produtores. Ao se olhar o exemplo de países como Espanha, França ou Portugal, fica evidente a grande oportunidade que esse processo poderia trazer para os agricultores brasileiros acessarem mercados de nicho mundo afora. ■

Certificação de café: o exemplo do Cerrado mineiro

Em 2014, o Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado (CACCER) obteve, junto ao INPI (Instituto Nacional da Propriedade Intelectual), o direito de certificar produtores com um selo de denominação de origem (DO), sendo o segundo produto alimentar a obter esta certificação no País (o primeiro foi o vinho do Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, em 2012). A DO permite atestar o vínculo do café produzido com o ambiente produzido, considerando questões edafoclimáticas, técnicas de produção e, até, questões culturais.

A certificação "Café do Cerrado" veio para complementar certificações privadas, também disponibilizadas para os produtores da região. Dentre estas certificações, pode-se mencionar a Rainforest e a UTZ (certificações de boas práticas agrícolas), Fair Trade e 4C's (certificações de "justiça" e boas práticas sociais), IBD (práticas de produção orgânica) e Starbucks, Nespresso e Illy (certificações de qualidade de marcas distribuidoras de café).



1 Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IE/UFU) e coordenador do Núcleo de Estudos Rurais (NERU) da mesma instituição – brperosa@gmail.com

2 Professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e coordenadora do Centro de Estudos das Organizações (CORS) – sylviasaes@gmail.com



SOJA

Dólar definirá lucratividade em 2015

Tânia Tozzi*

O MERCADO da soja encerrou mais um ano histórico! Apesar da colheita da segunda produção recorde consecutiva, os preços renovaram recordes para um período de safra no Brasil, puxados por uma demanda agressiva e prêmios nas alturas.

Na virada do semestre de 2014, veio o susto: a previsão de que os Estados Unidos poderiam tirar dos campos mais de 100 milhões de toneladas da oleaginosa balançou o mercado, carregando os investidores para a ponta de venda na Bolsa de Chicago (CME Group). As cotações desabaram, ampliando o nervosismo dos produtores, que temiam por um 2015 catastrófico.

Mas, o alerta que fizemos na edição de setembro passado da ***Agroanalysis*** lá em setembro mesmo se confirmou! A forte demanda compradora, sobretudo da China, deu novo gás aos negócios, elevando de forma expressiva os preços para a nova safra na virada do ano. E foi especialmente a intensa valorização do dólar frente ao real que possibilitou essa mágica, fazendo de 2014 mais um ano inesquecível. O problema, agora, é saber se a moeda continuará "salvando" o setor.

Se o clima ajudar, a América do Sul deve colher mais uma safra recorde neste ano, deixando o mercado da soja totalmente nas mãos do câmbio. E aí está uma situação nada agradável para um setor que precisa traçar estratégias de longo prazo.

Pelas projeções do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), mais da metade (52%) da produção global de soja (312,8 milhões de toneladas) sairá das lavouras sul-americanas, o que representa algo próximo a 163,6 milhões de toneladas. Segundo o órgão, apenas o Brasil deve responder por 57% deste total, colhendo 94,00 milhões de toneladas, volume até pequeno frente ao previsto pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), que já estima 95,81 milhões de toneladas. Se confirmado, tal volume elevará drasticamente os estoques locais, colocando forte pressão sobre as cotações e empurrando os prêmios para o negativo. E os produtores precisam estar preparados para isso!

A expectativa é de que, entre dezembro de 2013 e 2014, o Brasil tenha ampliado em 133,5% suas reservas estratégicas, de 910 mil para 2,13 milhões de toneladas. Se tirar dos campos a terceira safra recorde consecutiva, estes estoques podem, mais uma vez, dobrar, chegando a 4,34 milhões de toneladas, segundo as projeções, garantindo trinta e cinco dias de consumo na virada da safra, em dezembro deste ano.

Isso acontece num momento em que os Estados Unidos, que mandam nos preços internacionais das *commodities* agrícolas em todo o mundo, também esperam forte aumento em seus estoques, de 2,50 milhões para 11,16 milhões de toneladas – o maior volume em oito anos, aumentando de dezoito para setenta e oito dias sua folga de abastecimento.

A demanda certamente continuará crescente, já que a China vai aproveitar o barateamento dos preços da soja para recuperar seus estoques. Vale destacar que os chineses já consomem 85,90 milhões de toneladas da oleaginosa ao ano, mais do que toda a produção da Argentina, da Índia, do Paraguai, do Canadá e da Ucrânia juntos – cinco dos oito maiores países produtores de soja do Planeta. Complementam esta lista Estados Unidos, Brasil e a própria China.

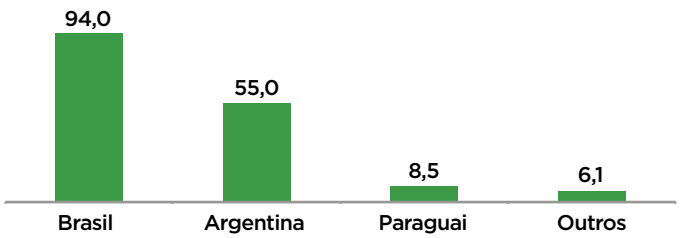
Mas, ainda assim, o mundo terá soja demais para se abastecer, cenário completamente distinto do visto entre os anos de 2012 e 2013, quando uma quebra histórica na produção global carregou as cotações para níveis recordes.

Muitos ressaltam que o cenário atual é muito mais negativo, mas isso não é verdade. O mercado está apenas se adequando e voltando à realidade; o que vimos acontecer nos últimos anos é que foi anormal.

Portanto, é hora de os produtores ajustarem-se à nova realidade, conscientes de que as margens de lucros ficarão muito mais estreitas, forçando uma profissionalização sem precedentes, tanto dentro dos campos, quanto fora.

Para os próximos anos, não está claro o tamanho do aperto econômico e, sobretudo, o rumo do dólar. E certamente é o dólar que decidirá se os sojicultores brasileiros terão um ano de lucros ou de prejuízos neste ano e, muito provavelmente, em 2016 e 2017. ■

AMÉRICA DO SUL: PROJEÇÃO DA PRODUÇÃO DE SOJA NA SAFRA 2014/15 (MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: USDA

* Analista chefe da equipe de grãos e estrategista da Rural Business

CARNE BOVINA

Demanda interna pode surpreender em 2015

Júlio Brissac*



NO FINAL de dezembro último, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) – entidade que representa e defende os interesses comerciais da indústria de carnes de frango e suína do Brasil – anunciou a volta de crescimento no consumo *per capita* de carne de frango no País. O motivo apontado foram os preços elevados da 'concorrente' carne bovina. Cabe aí um alerta aos operadores do mercado de carnes do Brasil: é preciso que fiquem muito atentos aos movimentos ocultos deste setor!

Depois da entrada dos megafrigoríficos brasileiros exportadores de carne bovina na produção das carnes suína e de frango, as empresas trataram de gerar oportunidades de aumento de consumo destas duas carnes. Elas colocaram preços menores na tentativa de exportarem mais outro tipo de carne – a bovina, que mostrou grandes oportunidades comerciais no exterior em 2014 e que continuará gerando margens ainda maiores de lucro neste ano.

Segundo estimativa da ABPA, em 2014, o consumo *per capita* de carne de frango chegou a 43 quilos por habitante ao ano no Brasil. Isso significou uma alta de 2,8% ante os 41,8 quilos registrados em 2013, mas ainda abaixo dos 45 quilos por habitante de 2012.

A despeito das preocupações com o desempenho da economia brasileira neste ano, a indústria de carne de frango exibe otimismo e estima crescimento de 3% a 4% na produção nacional da proteína. Segundo a entidade, a alta da produção será absorvida tanto no mercado local, quanto nas exportações, puxadas por China e Rússia.

No mercado brasileiro, os altos preços da carne bovina devem continuar estimulando o consumo da carne de frango, segundo o que informa, ainda, a entidade. Mas, atenção: mesmo sabendo da necessidade, por motivos óbvios, de gerar um ambiente com tamanha excelência, como o reportado ao final de 2014, esse cenário pode não acontecer!

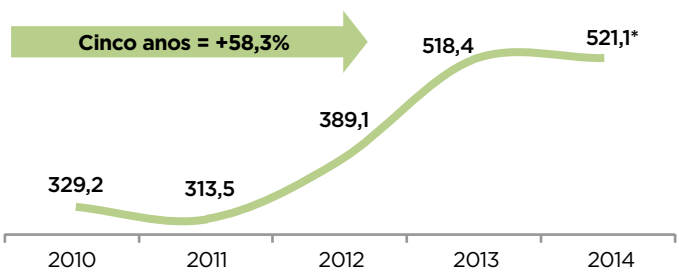
Hoje, as margens de lucro da carne bovina estão muito elevadas nos supermercados brasileiros. E, para promover melhoras nas vendas de varejo, esse setor pode colocar em prática uma redução dos preços nas gôndolas neste ano. O resultado será uma forte pressão de demanda no mercado interno, principalmente de cortes derivados do dianteiro bovino, interferindo, e muito, no cenário projetado.

Em relação ao mercado externo, a ABPA destaca perspectivas promissoras para o avanço das vendas à China, afirmando que o país asiático será o principal vetor de crescimento, acompanhado da Rússia. Ao todo, a ABPA estima que as exportações brasileiras de carne de frango crescerão de 3% a 4% neste ano.

Ou seja, se de fato as vendas crescerem tudo isso, teremos menos carne de frango circulando no mercado interno e, portanto, preços mais altos. Na prática, a realidade pode ser mesmo outra quando o assunto são carnes.

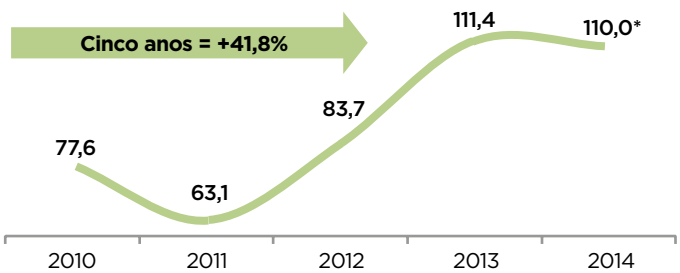
Preparem-se! Este pode ser um ano de surpresas para o setor de carnes, especialmente para a bovina! ■

BRASIL: VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA *IN NATURA* NO MÊS DE DEZEMBRO (US$ MILHÕES)



* Projeção
Fonte: SECEX

BRASIL: VOLUME DAS EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA *IN NATURA* NO MÊS DE DEZEMBRO (MIL TONELADAS)



* Projeção
Fonte: SECEX

* Analista chefe e estrategista da equipe de pecuária de corte da Rural Business

Concorrência

COMBUSTÍVEL PARA A EFICIÊNCIA

Cleber Lima Guarany*

AGRACIADO PELO prêmio Nobel de Economia deste ano, o francês Jean Tirole demonstrou que incentivos e proteção de mercado não motivam as empresas a serem mais eficientes. Estimular o setor privado a produzir bens e serviços com eficiência é o segredo para os países desenvolverem um mercado forte e vigoroso.

A questão para os governos em geral é que esse estímulo traduz-se em garantir um ambiente de mercado que propicie a competição e evite distorções que possam influir negativamente na estrutura de custos das indústrias e prestadores de serviços. É evidente que, dependendo da maturidade econômica do país, esse grau de competitividade pode ser mais alto ou mais baixo.

Quando trabalhamos em algum projeto na FGV Projetos, sempre partimos da hipótese de que ele irá rivalizar em um mercado altamente competitivo, sem proteções.

Esse conceito é particularmente importante para submetermos os projetos a premissas econômicas/financeiras considerando diversos graus de competição. No limite, simulamos situações de mercado internacional com externalidades do ambiente interno, onde o projeto tem que se mostrar resistente em seus vários aspectos.

O que se busca, naturalmente, é dar aos investidores a segurança quanto ao investimento. Um projeto pode obter a luz verde para seguir para etapa de implantação quando se exprime com clareza e objetividade, expondo suas fortalezas e constrangimentos e apontando os caminhos para neutralizar os pontos fracos e mitigar os riscos, dentro de um nível aceitável para a natureza do projeto em questão.

Satisfazendo as necessidades de retorno financeiro, basicamente existem dois aspectos importantes que podem fazer com que um investidor negligencie a oportunidade ou o risco na hora de decidir por um investimento.

O primeiro está ligado ao comportamento do grupo investidor, aqueles que buscam analisar o projeto sempre sob a ótica do risco zero – o que, convenhamos, é uma utopia. A questão em si não deve ser fugir dos riscos, mas conhecê-los e saber se podem ser gerenciados.

Já o segundo é que a vontade demasiada do grupo investidor para atirar-se a um empreendimento específico pode fazer com que os riscos do projeto sejam negligenciados ou subdimensionados.

Mas, como garantir que um projeto considere todos os detalhes necessários para entender e minimizar os riscos? Importante é ter as respostas para todas as dúvidas do projeto, sejam elas dúvidas de mercado, financeiras, econômicas, tecnológicas ou operacionais, e isso só se consegue com uma equipe altamente especializada e multidisciplinar.

Uma premissa importante, e estranhamente pouco usual, é utilizar preços internacionais para o cálculo das receitas do projeto. Dessa maneira, evitam-se distorções na análise de viabilidade do projeto quanto a alguma vantagem que o mercado local possa oferecer temporariamente, proveniente da relação entre oferta e demanda.

Recrutamento, treinamento e capacitação são um tema estratégico. Perseguir os custos dos produtos e/ou serviços considerados é fundamental para a sustentabilidade do projeto. Mesmo em mercados onde haja oferta de mão de obra especializada, esse componente não pode ser esquecido.

A tecnologia empregada nas etapas de produção deve atender as necessidades do mercado-alvo, descritas no plano de *marketing*. Nesses casos, é interessante considerar pacotes tecnológicos avançados e testados para o tipo de produto e mercado que se quer atingir no médio e no longo prazos.

Uma estruturação financeira adequada é igualmente importante. Considerar uma alavancagem financeira competitiva com opções globais de financiamento melhora as possibilidades de sucesso de um projeto. O fluxo de caixa determinará qual o melhor nível de alavancagem necessário para que os investimentos sejam realizados com segurança.

Dimensionar corretamente os investimentos trará reflexos diretos ao fluxo de caixa e afetará a atratividade. O cronograma de investimentos deve estar em harmonia com as ações do projeto.

Esses são alguns pontos importantes que devemos ter em mente na construção de projetos sustentáveis. O investidor sempre irá procurar uma situação que o convença de que o binômio risco/atratividade vale a pena.

Todas essas análises fazem-se cada vez mais necessárias para empreendimentos novos e, também, para os que estão em operação.

Estar inserido em um ambiente de mercado competitivo parece ser uma condição cada vez mais presente nas economias mundiais, e os investidores deveriam estar atentos a essa nova realidade que se impõe. Como citado no início deste artigo, o prêmio Nobel de Economia deste ano demonstrou de maneira convincente que a melhor estratégia que um governo pode ter para desenvolver sua economia é expô-la à concorrência. ■

* Coordenador de Projetos da FGV Projetos

Georrastreabilidade

SUSTENTABILIDADE DA BOVINOCULTURA

Ricardo Guimarães Andrade[1] Édson Luis Bolfe[2]
Mateus Batistella[3]

A BOVINOCULTURA se faz presente desde o século XV no Brasil, estabelecendo marcas no processo histórico e geográfico de ocupação e desenvolvimento do País. Como todas as atividades do setor rural, ela partiu de uma base técnica rudimentar para, com o passar do tempo, incorporar inovações e, em meados dos anos 70, já se mostrava, sob diversos ângulos, como uma das mais importantes atividades econômicas da agropecuária brasileira.

Atualmente, estima-se que o rebanho efetivo de bovinos esteja ao redor de 200 milhões de cabeças, ocupando uma área de aproximadamente 20% do território nacional (170 milhões de hectares), sendo mais de 89% da criação realizados exclusivamente em pastagens. Esse é um dos fatores que se destacam para o sucesso da produção de carne bovina brasileira, com custos mais baixos em relação aos seus países concorrentes, como a Austrália. Porém, esses fatores não garantem mercado fidelizado, pois, com a globalização, muitos aspectos anteriormente pouco valorizados, como qualidade, segurança, higiene alimentar e confiabilidade no produto, tornaram-se indispensáveis quando se observa o comportamento do consumidor internacional. Diante disso, a exigência da rastreabilidade das informações referentes aos alimentos é uma condição cada vez mais importante para conquistar a confiança e a fidelidade do consumidor.

A rastreabilidade é definida pela International Organization for Standardization (ISO), representada no Brasil pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como: "a capacidade de recuperar o histórico, a aplicação daquilo que está sendo considerado". Para a Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos (sbTCA), é "o processo pelo qual se correlaciona de maneira clara e rápida o lote de insumos com o produto terminado, bem como a localização do lote de produto terminado nos pontos de venda". Já a rastreabilidade no âmbito dos objetivos do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos (SISBOV), que visa especificamente ao rastreamento de bovinos e bubalinos, é definida como: "o conjunto de normas e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) com o objetivo de identificar, registrar e monitorar, individualmente, todos os bovinos e bubalinos, nascidos no Brasil ou importados, para determinar a sua origem, a produção e a produtividade da pecuária, a situação sanitária do animal e a segurança dos subprodutos animais".



SHUTTERSTOCK

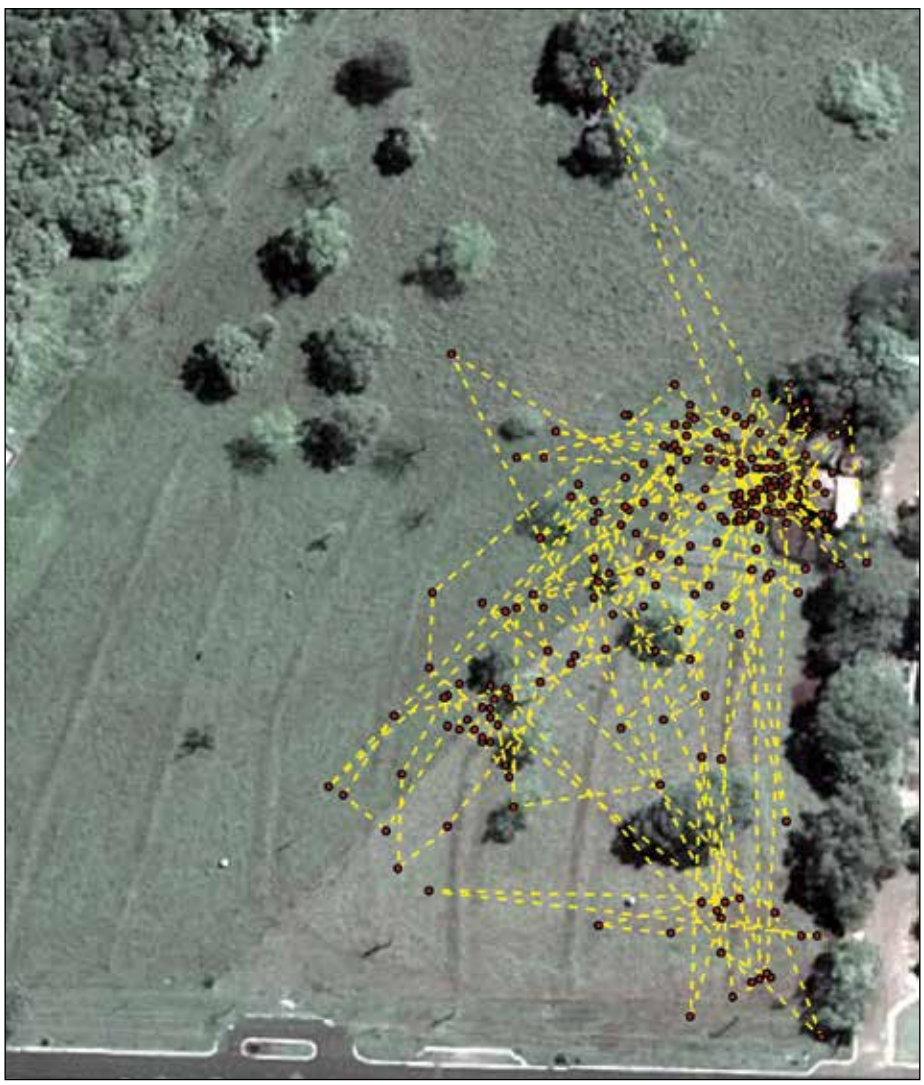
Com a aplicação das ferramentas de tecnologia da informação (TI), atividades da pecuária como cruzamento de animais, inseminações artificiais, aspectos nutricionais e sanitários de cada animal, peso, qualidade das pastagens, mobilidade animal, entre outros dados, podem ser armazenadas em bancos de dados. No entanto, quando se fala em produção sustentável, é de fundamental importância que, nas análises de tomada de decisão, exista melhor abrangência dos fatores impactantes do sistema de produção. Nesse sentido, fatores intrínsecos ao meio ambiente são essenciais para implantação de um sistema que, além de possibilitar alimentos seguros, seja também ecologicamente correto.

A gestão do ambiente rural está diretamente relacionada ao espaço geográfico: uso e cobertura da terra, topografia, climatologia, tipo de solo, recursos hídricos, legislação ambiental, entre outros. Nos últimos anos, a utilização de geotecnologias e geoinformação tem crescido consideravelmente em diversos setores públicos e privados, principalmente por ser uma ferramenta de apoio no planejamento, na execução e no monitoramento de inúmeros processos envolvendo tomadas de decisão em diferentes escalas. Ao utilizar geotecnologias e geoinformação numa análise integrada dos processos de produção da bovinocultura, com abrangência não somente sobre as práticas tradicionais de produção em nível pontual e/ou local (inseminação, vacinas, pesagem etc.), mas também sobre aquelas que proporcionam uma visão espaçotemporal, surgiu o conceito de georrastreabilidade.

A componente espacial destaca-se por agregar valor aos produtos de mercado, à certificação e à rotulagem da comercialização no varejo e à comunicação com os consumidores, com potencial para induzir futuras políticas para o setor. A georrastreabilidade surge como alternativa inovadora e estratégica para avaliação do comportamento dos bovinos em sistemas extensivos de produção, sendo útil como ferramenta de manejo voltada para a melhoria do bem-estar animal. Nesse processo, o monitoramento da mobilidade dos animais em pasto pode ser efetuado por meio de equipamentos capazes de coletar e armazenar dados referentes à posição geográfica associada ao dia e à hora. Esses dados podem contribuir para extração de informação relacionada, como, por exemplo, os padrões de organização social, pois os animais não se dispersam ao acaso em seu ambiente, e isso pode acontecer devido a fatores como as características do ambiente, do clima ou do comportamento social dos animais.

Um dos objetivos da georrastreabilidade é ser capaz de levar à realização de boas práticas por meio da adoção de ferramentas de aquisição e tratamento de dados de diferentes fontes e formatos (texto, *raster* e vetor) e da difusão de informação espacial ao se utilizar sistemas de informações geográficas, compartilhados pela internet, como, por exemplo, o Sistema de Observação e Monitoramento da Agricultura no Brasil (SOMABRASIL)*. O que se busca, num segundo momento, é desenvolver um sistema de geodecisão da bovinocultura que integre tecnologias e ferramentas específicas para determinar e autenticar a origem geográfica do gado, a adesão às boas práticas de produção e a aplicação de um sistema de gerenciamento de qualidade no campo e na fazenda.

TRAJETÓRIA BOVINA EM PASTAGEM EXPERIMENTAL SOBRE IMAGEM DO SATÉLITE GEOEYE-1 REFERENTE AO DIA 09/10/2011

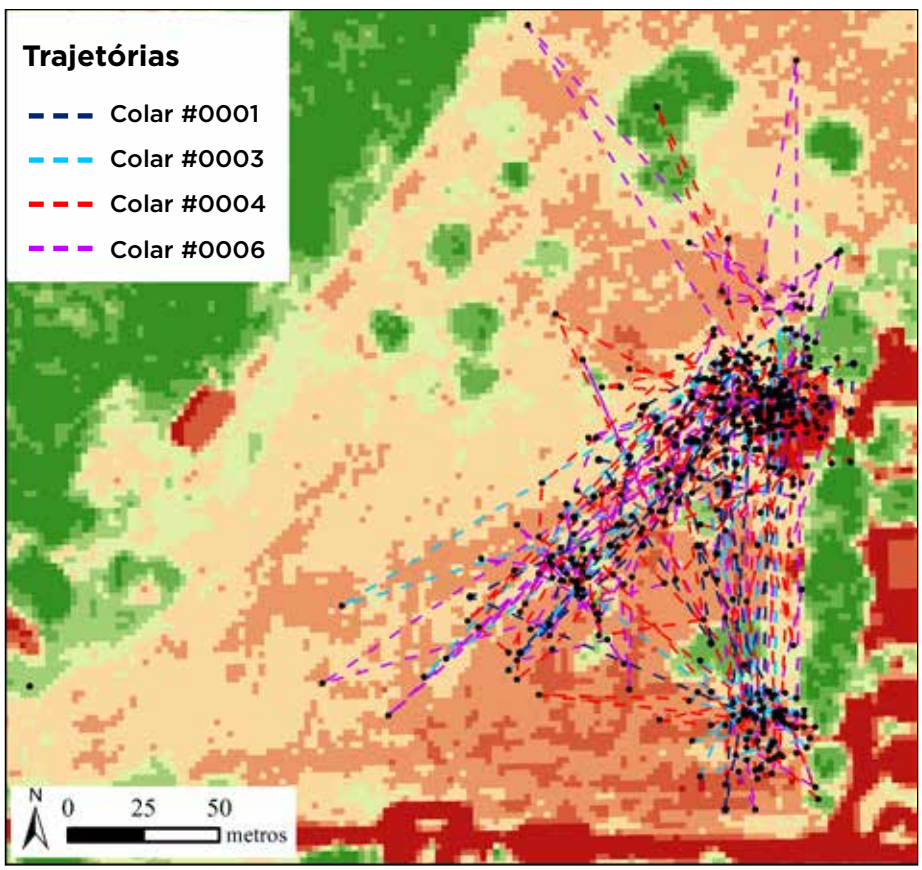


Nesse caso, como primeira etapa para o processo de gerenciamento de informações, os dados de mobilidade animal coletados por meio dos colares foram utilizados, juntamente com dados de sensoriamento remoto (SR), para avaliar, de forma preliminar, a possibilidade de extração de informações em sistema de produção extensiva de bovinos. Assim, imagens de satélite foram utilizadas como plano de informação de fundo para identificar os locais do pasto com as trajetórias realizadas pelos bovinos. Os resultados são promissores em termos de pesquisas aplicadas para análises comportamentais dos animais e interações ambientais associadas a mobilidade.

A partir das trajetórias, observou-se a existência de um padrão comportamental comum dos animais, e isso era esperado, pois os bovinos são animais que vivem em grupos e não costumam separar-se dos companheiros de rebanho. Foi possível notar algumas trajetórias comuns associadas à direção das curvas de nível, e isso pode indicar que os animais preferem caminhar na direção de terreno limpo e plano. Ressaltam-se, também, algumas trajetórias próximas à cerca do piquete e em direção das árvores no pasto, indicando a busca de áreas que apresentam condições microclimáticas mais favoráveis. Além disso, foram verificadas trajetórias preferenciais em direção ao curral, e essa mobilidade pode estar associada à busca por água e alimentação suplementar (sal, ração etc.). De uma forma geral, nota-se que, em um ambiente de pastagem, os animais priorizam suas necessidades fisiológicas primárias, ou seja, o consumo de água e a regulação térmica.

Ao associar as trajetórias com índices de vegetação estimados a partir de imagens de satélite, é possível avaliar se os animais realizaram pastejo em áreas com melhor disponibilidade de forragem e quanto tempo eles permaneceram nessas áreas. Além disso, outras avaliações são possíveis, tais como avaliar o comportamento dos bovinos por meio da aplicação do índice de preferência da paisagem (Landscape Preference Index – LPI), que é dado pela razão entre o tempo proporcional gasto na área de interesse e a proporção da área de interesse em relação à toda área disponível. Esses são alguns dos exemplos nos quais a aplicação do conceito de georrastreabilidade torna-se estratégia inovadora para buscar melhor entendimento quanto ao comportamento do rebanho em pastagem e auxiliar o produtor em tomadas de decisão voltadas para a gestão sustentável da bovinocultura. Nesse caso, a georrastreabilidade tem forte potencial para ser aplicada na implementação de sistemas de geodecisão da bovinocultura que possibilitem determinar a origem espaçotemporal da produção e contribuir com as boas práticas de produção, garantindo qualidade e segurança dos alimentos com sustentabilidade ambiental. ■

TRAJETÓRIAS BOVINAS SOBRE MAPA DO NDVI (NORMALIZED DIFFERENCE VEGETATION INDEX) ESTIMADAS A PARTIR DE IMAGEM GEOEYE-1 EM 09/10/2011



* BATISTELLA, M.; BOLFE, E. L.; VICTORIA, D. C.; CUSTODIO, D. O.; SILVA, G. B. S.; DRUCKER, D. P. SOMABRASIL: Sistema de Observação e Monitoramento da Agricultura no Brasil. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2012. 11 p. (Comunicado Técnico, 29). Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/939076/somabrasil-sistema-de-observacao-e-monitoramento-da-agricultura-no-brasil>. Acesso em: 15 jul. 2013.

1 Pesquisador na Embrapa Monitoramento por Satélite (ricardo.andrade@embrapa.br)
2 Chefe adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Monitoramento por Satélite (edson.bolfe@embrapa.br)
3 Chefe geral da Embrapa Monitoramento por Satélite (mateus.batistella@embrapa.br)

Desmatamento da Amazônia

QUEDA DE 18% EM UM ANO

O MINISTÉRIO do Meio Ambiente (MMA) divulgou informações sobre a queda de 18% no desmatamento da Amazônia Legal entre agosto de 2013 e julho de 2014, em comparação à temporada precedente. Os dados são do sistema PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e representam o índice oficial de desmatamento do governo federal. A avaliação acontece nos meses integrantes do chamado "calendário do desmatamento", relacionado às chuvas e às atividades agrícolas.

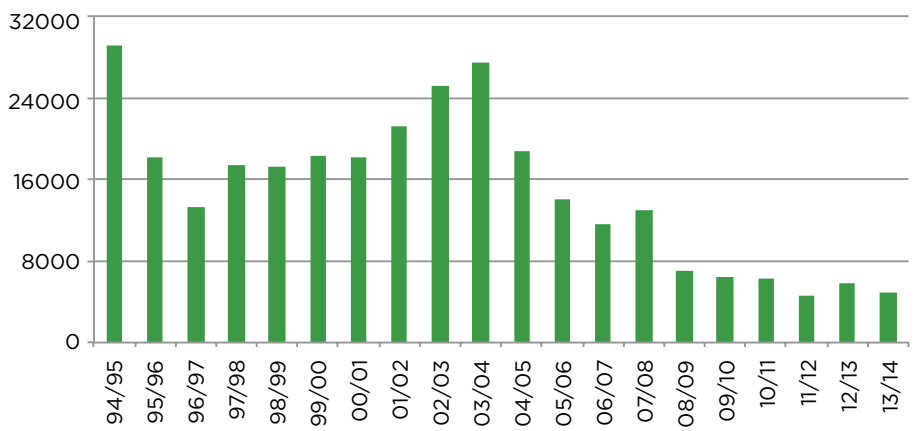
Em números absolutos, o bioma perdeu 4.848 km² de vegetação. Esse é o segundo menor índice histórico de desmatamento – atrás apenas da divulgação de 2012, quando o montante registrado foi de 4.571 km². Em 2013, o desmatamento da Amazônia foi de 5.891 km².

O Pará foi o estado que mais desmatou a Amazônia nos doze meses analisados. Foram 1.829 km² de vegetação perdida. Em seguida, vem o Mato Grosso, que registrou o corte raso de 1.048 km². Com exceção do Acre e de Roraima, todos os estados apresentaram redução no desmatamento. A análise do PRODES não levou em conta o Amapá, porque a cobertura de nuvens da região não permitiu que o satélite verificasse o desmatamento no estado. O estudo de 2013 havia considerado o Amapá no resultado.

O número é preliminar. O consolidado do estudo será divulgado neste primeiro semestre de 2015. Na prática, o desmatamento ilegal na Amazônia pode ser maior ou menor do que os 18% de redução apresentados.

Existem diferentes sistemas de monitoramento do desmatamento da Amazônia. Todos são feitos mediante observações das imagens de satélite realizadas por técnicos, de acordo com diferentes metodologias. Por isso, não podem ser comparados entre si. A ONG Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), por exemplo – que utiliza o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) –, divulgou, em outubro, tendência de crescimento no desmate da Amazônia. Existe, também, no Governo, um sistema que detecta o foco de desmates em tempo real, a Detecção de Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real (DETER). ■

AMAZÔNIA LEGAL: TAXA DE DESMATAMENTO (MIL KM²)



Fonte: INPE

Repercussão dos dados apurados

"Não é possível relacionar a informação da ONG [Imazon] com a do Governo. As metodologias são diferentes. Muita gente especulou muita coisa. Sistemas não oficiais apontaram aumento do desmatamento. Não podemos misturar informações".
Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente

"O Governo não segurou informações sobre o desmatamento. Fizemos absoluta questão de divulgar a informação assim que ela chegasse".
Clelio Campolina, ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação

"Para as ONGs, é necessário atenção a partir de agora. Temos de ser otimistas, mas isso não é sinal de quedas definitivas nas taxas. Temos de acompanhar a evolução do PRODES".
Marco A. W. Lentini, coordenador do Programa Amazônia da WWF-Brasil

Apesar de a medição do INPE ter "saído melhor do que se esperava", é preciso cautela, já que os meses seguintes ao período analisado pela estimativa do Governo apresentaram alta no desflorestamento em relação ao mesmo período de 2013, de acordo com estimativas do Imazon.

"Essa subida é preocupante, mas ainda é cedo para cravar que o desmatamento do ano seguinte será alto".
Beto Veríssimo, pesquisador sênior do Imazon

20ª Conferência sobre Mudança Climática

BASES PARA NOVO ACORDO

A 20ª Conferência das Partes sobre Mudança Climática (COP-20) foi finalizada na madrugada de 14 de dezembro último. O plenário aprovou o chamado "rascunho zero" de propostas consideradas cruciais para a discussão do novo acerto para a questão do clima, na COP-21, a ser realizada durante novembro deste ano, em Paris. "Chamamento de Lima para a Ação sobre o Clima" foi o título dado ao documento final, tendo conseguido obter consenso entre as 195 delegações presentes no evento.

Os países representantes tinham a perfeita visão do grande risco de fracasso da COP de Paris sem a definição do documento de Lima. O texto traça as bases para as nações apresentarem, no decorrer do primeiro semestre deste ano, seus compromissos de redução de emissões e de adaptação à mudança climática. É, na verdade, o alicerce fundamental que servirá de ponto de partida para o estabelecimento a cada signatário das suas obrigações adicionais.

Um acordo multilateral na COP de Paris dará ao mundo a possibilidade de alcançar o começo do próximo século com o incremento de até 2ºC em sua temperatura média. Caso contrário, de acordo com os estudos do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), os termômetros ficarão mais elevados.

Nos embates, os membros do G77 (grupo dos países em desenvolvimento e dos mais pobres) e os emergentes do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) fincaram postos em prol a dois princípios sensíveis:

• A ênfase no documento estabelecido na COP-17, em Durban, na África do Sul, com base na "responsabilidade comum, mas diferenciada". O texto prevê que os países desenvolvidos terão de assumir obrigações adicionais mais ambiciosas de redução de emissões de gases, compatíveis com o fato de os estarem despejando na atmosfera desde meados do século XVIII. Os países emergentes – mesmo os grandes emissores China e Índia – e os países em desenvolvimento e pobres teriam uma carga menor.

• A necessidade de os compromissos dos países mais ricos aportarem também os meios de financiamento, de capacitação e de transferência de tecnologia para os mais pobres cumprirem suas metas. Essa premissa consta da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (ECO-92), no Rio de Janeiro, quando foi adotada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática. A questão não fica resumida somente às reduções de emissões de gases do efeito estufa (mitigação).

Outra inserção especial no documento de Lima diz respeito ao comprometimento dos países registrarem informações precisas sobre seus compromissos iniciais, a serem executados ao longo do primeiro semestre deste ano. A definição do ano-base para a comparação das exigências ligadas à redução de emissões será fundamental para dar um parâmetro mais referencial de seus efeitos sobre a contenção do aquecimento global.

As economias emergentes e em desenvolvimento ainda lograram inserir de maneira mais taxativa a necessidade das nações tomarem providências no período de 2016 e 2019, para acelerar a adoção do acordo de Paris a partir de 2020.

Uma vez com o documento de Lima aprovado, começam as articulações para desobstruir os caminhos a fim de viabilizar o acordo climático da COP-21, de Paris. Agendadas, as rodadas de negociações iniciam já em fevereiro, em Genebra, e junho, em Bonn. Primeiramente, os países desenvolvidos apresentarão seus compromissos climáticos até março; os outros, até junho. Como todos os compromissos devem estar definidos até novembro, retardamentos são riscos para calcular as propostas contra um aquecimento global superior a 2ºC. ■

Manifestações sobre o evento

"Vamos fazer de Paris um grande sucesso".
Manuel Pulgar Vidal, presidente da COP-20 e ministro do Meio Ambiente do Peru

"O sucesso de Paris está mais perto, e o fantasma de Copenhague, mais longe".
Laurent Fabius, presidente da COP-21 e ministro de Relações Exteriores da França, em referência à tentativa para chegar a um acordo climático na COP de 2009

"Não fomos tão longe na decisão, mas aceitamos o compromisso proposto e continuaremos por um acordo robusto e ambicioso com base na Convenção do Clima".
José Antônio Marcondes Carvalho, negociador-chefe do Brasil na COP-20

"Em Lima, foi fechado o acordo antes do acordo definitivo".
Michael Jacobs, conselheiro sênior do New Climate Economy e professor da London School of Economics

Mudanças climáticas

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Clayton Campanhola*

O DESAFIO atual não é produzir mais alimentos para reduzir o contingente de 800 milhões de pessoas famintas no mundo, já que o maior entrave para o seu acesso está na erradicação da pobreza. Já, por outro lado, temos de olhar agora com cuidado as condições da produção agropecuária frente aos possíveis efeitos da mudança climática e a degradação dos recursos naturais.

A agricultura pode ser vista sob dois pontos de vista opostos: como causadora e como receptora dos efeitos das mudanças climáticas. Quando inclui o desmatamento e uso de combustíveis fósseis, ela é responsável por mais de um quarto do total de emissão de gases do efeito estufa. Por sua vez, ao mesmo tempo, fica à mercê do impacto de eventos climáticos extremos imprevisíveis, tais como secas e inundações, cada vez mais intensos e frequentes.

Do ponto de vista sustentável, a agricultura deve considerar a dimensão das mudanças climáticas. Por isso, deve reduzir esse processo pelo uso de tecnologias e políticas públicas que levem em conta as condições locais e a incorporação de novas áreas para cultivo.

Até o ano 2050, a FAO estima a necessidade de se aumentar a produção de alimentos em 60%, sendo que 80% deste aumento virão pelos ganhos de produtividade das áreas cultivadas. Mas, o crescimento anual da produtividade de arroz e milho caiu de mais de 3% ao ano, em 1980, para cerca de 1%, em 2005; enquanto o trigo diminuiu de cerca de 5% para 2% ao ano, no mesmo período.

A grande superação do século XXI consiste em desenvolver uma agricultura realmente sustentável, adaptada e resiliente às mudanças climáticas, capaz de intensificar a produção para garantir a segurança alimentar global e melhorar as condições de vida nas áreas rurais onde predomina a pobreza.

Já existem tecnologias e práticas sustentáveis para reduzir o impacto ambiental da agricultura, inclusive com redução de emissão de gases do efeito estufa, aumento da produtividade e melhoria do bem-estar humano das comunidades rurais. A implantação plena de uma produção agrícola mais sustentável deve considerar todos os subsetores – lavoura, pecuária, florestas, pesca e aquicultura – e os três pilares da sustentabilidade – ambiental, econômico e social –, de modo multissetorial, multidisciplinar e integrado.

A produção de plantas mais integrada com outros sistemas produtivos não somente ajuda a garantir a segurança alimentar e nutricional, mas também conserva os recursos naturais. Esse sistema tende a ser mais sustentável e reage melhor às mudanças climáticas, tais como nos programas de lavoura-pecuária, agrofloresta, arroz irrigado-aquicultura, montanhas e terras secas, microbacias hidrográficas, e assim por diante. Todos respeitando as condições locais e contando com a participação das comunidades de produtores, embasados cientificamente pela pesquisa interdisciplinar e viabilizados por meio de parcerias público-privadas.

Enfim, o desenvolvimento, o aprimoramento e a utilização de mecanismos e ferramentas conceituais e práticos que fortaleçam a sustentabilidade do ponto de vista das mudanças climáticas. Nesse sentido, mais tecnologias e fórmulas produtivas redutoras da emissão de gases do efeito estufa precisam ser aplicadas e selecionadas para cada situação socioeconômica e ambiental específica. Os esforços para a construção de uma estratégia para a intensificação sustentável da produção agropecuária e florestal e da aquicultura, que dê conta também das mudanças climáticas, precisam ser considerados no nível global e, portanto, com alto nível de prioridade nas agendas política, institucional e tecnológica dos países. ■

Estratégia para a sustentabilidade integrada

Práticas e tecnologias para adaptação e resiliência da agricultura às mudanças climáticas:

• Aplicação criteriosa de insumos químicos, energia e água;

• Serviços ambientais e conservação da biodiversidade para aumento da produtividade (manejo de florestas naturais e plantadas, ciclagem de nutrientes no solo, controle biológico de pragas e doenças, preservação de polinizadores e diversidade genética de organismos vivos);

• Nutrição de plantas por meio de uso localizado de fertilizantes químicos, manejo de matéria orgânica e plantio direto na palha;

• Uso localizado da água de irrigação, aumentando sua eficiência produtiva;

• Manejo sanitário integrado das plantas e animais, com ênfase no uso de métodos alternativos aos produtos químicos;

• Plantas adaptadas às mudanças climáticas em rotação com aquicultura, pecuária e florestas, para a diversidade e estabilidade dos sistemas produtivos;

• Inovação tecnológica para aprimorar a integração dos sistemas produtivos.

* Diretor da Divisão de Produção e Proteção de Plantas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)



SHUTTERSTOCK

Caderno Especial

Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (Abinpet)

OS *PETS* NO NOVO AGRO

Inserida em um contexto global de expansão, a cadeia produtiva do setor *pet* está se desenvolvendo com sustentabilidade e oferece inúmeras oportunidades aos empresários do País. Os principais agentes são os fabricantes de alimentos completos, coadjuvantes ou específicos destinados a animais de companhia (*pet food*), prestadores de serviços, técnicos especializados, rede de comercialização, entidades do terceiro setor e órgãos reguladores. A previsão é que o faturamento mundial de 2014 seja de US$ 98 bilhões, segundo a Euromonitor.

No Brasil, o estabelecimento que fabrica, fraciona, importa ou exporta suplemento, *premix*, núcleos, *pet food*, ingrediente e aditivo para alimentação animal deve ser registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e observar a legislação vigente. A fiscalização desses locais tem como principal objetivo garantir as adequadas condições higiênicas e sanitárias para os processos de fabricação, a conformidade e a inocuidade dos produtos disponibilizados no mercado e, ainda, a segurança e a rastreabilidade dos produtos importados e exportados.

A relação entre seres humanos e animais mudou ao longo do tempo e passou a ser fundamental na sociedade moderna. De cães de guarda e gatos para caça de pragas, os bichos domesticados se tornaram verdadeiros companheiros das pessoas, em uma interação de carinho e preocupação. Nos dias de hoje, os animais de estimação são considerados membros da família. Já estão comprovados cientificamente os benefícios da interação entre humanos e *pets* para ambas as partes, seja para companhia, lazer, participação em terapias ou em políticas de inclusão social. Essa importância dos *pets* é o principal motivo de desenvolvimento do mercado, que emprega, hoje, cerca de 1,7 milhão de pessoas.

Hoje, os *pets* estão divididos em cinco grandes grupos: cães, gatos, aves canoras e ornamentais, peixes ornamentais e pequenos animais (répteis, pequenos roedores e pequenos mamíferos). O setor está relacionado às atividades de criação (viveiros e criatórios), prestação de serviços (venda de animais, banho e tosa, creches, hotéis etc.) e comercialização de *pet food* (alimentos completos, coadjuvantes ou específicos), *pet vet* (medicamentos veterinários) e *pet care* (acessórios).

O setor *pet* guarda relações importantes com o agronegócio. De um lado, há uma associação à criação e à venda dos animais de estimação; de outro, a indústria de *pet food* utiliza matérias-primas consideradas subprodutos na agropecuária, como farinha de carnes, gorduras de origem animal e resíduos de abatedouros. Os animais de produção e os animais de estimação são essenciais para o ser humano, bem como para a economia do País: os primeiros geram alimentos e os últimos, saúde e qualidade de vida. Essa relação de valor é um dos pilares do novo agro.

Cenário de mercado

A comercialização de bens destinados aos animais de estimação agrega cada vez mais valor ao agronegócio. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (Abinpet), somente as atividades de criação e fabricação de alimentos para os cinco grupos de animais representam mais de 73% do faturamento do setor. O mundo tem uma população de 1,5 bilhão de animais de estimação.

Em alguns países, o segmento de peixes ornamentais é o maior, enquanto, no Ocidente, predominam cães e gatos. O Brasil está em 4º lugar no *ranking* global de número de animais de estimação e em 2º se considerados apenas os cães e os gatos.

O faturamento do mercado *pet* (*food*, *vet* e *care*) saltou de R$ 12,2 bilhões, em 2011, para R$ 15,2 bilhões, em 2013, de acordo com dados da Abinpet. Em 2014, a previsão é de um valor próximo a R$ 16,5 bilhões, um aumento de 8,8% em relação a 2013. Se adicionarmos a criação de animais em viveiros e criatórios, o faturamento chegará aos R$ 20,2 bilhões. Já as exportações estarão próximas de US$ FOB 253 milhões.

O mercado *pet* já representa 0,34% do PIB brasileiro, acima de setores como os de geladeiras e *freezers*, componentes eletroeletrônicos e produtos de beleza. O segmento de maior representatividade no Brasil é o de fabricação de *pet food*. Esses produtos são compostos por 95% de insumos oriundos da agropecuária. Em 2013, foram produzidos cerca de 2,3 milhões de toneladas de *pet food*: 90,7% deles para cães, e 8,7%, para gatos. A estimativa para 2014 é de 2,4 milhões de toneladas.



POPULAÇÃO DE *PETS* (EM MILHÕES), EM 2013

Grupos	Mundo	Brasil
Cães	323,7	37,1
Gatos	247,9	21,3
Peixes	691,8	26,5
Aves	184,3	19,1
Outros	66,7	2,1
Total	**1.514,4**	**106,1**

Fonte: Euromonitor; Abinpet

BRASIL: PRODUÇÃO DE ALIMENTOS *PET* E DESTINAÇÃO, EM 2013

Tipos	Cães[1]	Gatos[2]
Alimentos secos	93,4%	87,1%
Alimentos úmidos	3,9%	4,6%
Semiúmidos	0,8%	7,0%
Snacks	0,3%	0,7%
Não classificados	1,9%	0,6%

[1] 2 milhões de toneladas; [2] 200 mil toneladas
Fonte: Abinpet

Projeções e competitividade

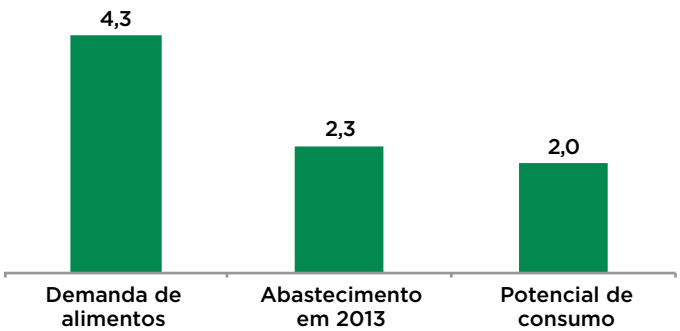
Mesmo com altos investimentos dos fabricantes em produtos de tecnologia e na prestação dos serviços de boas práticas, o tamanho do mercado *pet* brasileiro poderia dobrar. Tomando como base o ano de 2013, a projeção estimada de consumo é de 2,0 milhões de toneladas, mas o potencial é de 4,3 milhões de toneladas. Isso quer dizer que aproximadamente 2,3 milhões de toneladas de sobras de mesa ainda são utilizados para alimentar os animais de estimação.

Essa concorrência entre os alimentos para humanos e os alimentos para *pets* é predatória às indústrias e ao consumidor, já que esses 2,3 milhões de toneladas não são destinados às pessoas. Isso encarece o alimento para humanos. Na outra ponta, as sobras de mesa prejudicam a saúde dos *pets*, pois, sem os nutrientes essenciais, o animal fica debilitado e mais suscetível a diversas doenças. Como atende normas e regulamentações específicas de órgãos governamentais e agências regulatórias, o alimento industrializado tem a quantidade ideal de nutrientes diários recomendados para cada espécie, categoria animal e necessidade específica, constituindo, assim, a forma mais segura e balanceada de nutrição para o *pet*.

Um dos principais fatores responsáveis pela perda de competitividade dos produtos e serviços *pet* é a excessiva carga tributária incidente, que é de 49,9%. Esta alta taxação inibe o desenvolvimento das empresas de forma sustentável, bem como restringe a compra dos produtos pelos proprietários, dado o impacto direto no preço final do produto, influenciando negativamente o aumento do consumo do alimento próprio para o animal de estimação. O impacto é enorme quando se tem em vista que 60% do faturamento do mercado provêm das classes C, D e E, justamente as mais sensíveis às oscilações de preço.

Em média, a carga tributária na Europa é de aproximadamente 18,50% e, nos Estados Unidos, não passa de 7%, igual à da alimentação humana. Isso é uma demonstração de como o governo daqueles países entende a importância dos *pets* para a sociedade. No Brasil, devido aos altos preços, é comum, por exemplo, a venda de alimentos a granel (fracionamento do produto em porções menores fora da embalagem original), que são

PONTENCIAL DE MERCADO DE *PET FOOD* (MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: Abinpet

CARGA TRIBUTÁRIA DOS PRODUTOS

Imposto	Pecuários	*Pet food*	Alimentação humana
IPI	0%	10,00%	0%
PIS/COFINS	9,25%	9,25%	0%
ICMS	Diferido (máximo = 6,00%)	18,00%	7,00%
Subtotal	15,25%	39,90%	7,00%
Substituição ICMS	0%	10,00%	0%
Total geral	15,25%	49,90%	7,00%

Fonte: Abinpet (2013)

mais baratos, porém suscetíveis a contaminações, por estarem fora de uma embalagem adequada e expostos às mais diversas condições ambientais. E, ainda, a exposição do produto ao ambiente altera sua qualidade sensorial, podendo prejudicar a aceitação pelo animal.

As classes econômicas brasileiras C, D e E reservam, respectivamente, 4,7%, 11,1% e 16,6% do orçamento familiar para a aquisição de *pet food* para cães. Em relação a gatos, os percentuais são de 1,8%, 4,1% e 6,2%, respectivamente. O mercado atende todas as classes sociais, e qualquer pessoa hoje pode ter um animal de estimação. No entanto, uma revisão dessa alta carga tributária certamente aumentará o mercado e resultará em um consumo mais sustentável e perene.

PORCENTAGEM DA RENDA FAMILIAR DESTINADA A CÃES/GATOS, POR CLASSE SOCIAL

Classe social	Produtos para cães		Produtos para gatos	
	Standard R$ 225,97*	*Premium* R$ 606,65*	*Standard* R$ 84,19*	*Premium* R$ 287,12*
A	1,7%	4,5%	0,6%	2,1%
B	2,2%	6,0%	0,8%	2,8%
C	4,7%	12,8%	1,8%	6,0%
D	11,1%	–	4,1%	14,1%
E	16,6%	–	6,2%	21,2%

* Gasto médio mensal – inclui alimento, vermífugo, vacina, controle de pulgas, veterinário e banho e tosa
Fonte: Abinpet

GASTO MENSAL COM ANIMAIS DE COMPANHIA

Animal	Peixes*	Roedores	Aves	Répteis	Mustelídeos (*ferrets*)**
Valor	R$ 18,00	R$ 25,00	R$ 15,00	R$ 20,00	R$ 50,80

* De água doce; ** Incluída uma consulta no veterinário ao ano
Fonte: Abinpet



SHUTTERSTOCK



SHUTTERSTOCK

A importância dos criadouros

É fundamental ressaltar o papel dos criadouros na cadeia produtiva *pet*, sendo crucial entender a importância da reprodução de espécies em ambientes controlados, principalmente aquelas mais ameaçadas. Com finalidades comerciais, esses estabelecimentos constituem um modelo eficaz e sustentável de conservação da fauna, além de coibirem a comercialização ilegal de animais silvestres.

Muitas espécies nativas do Brasil, como as aves e os peixes exóticos, são criadas em vários países da Europa, da Ásia, bem como nos EUA. Estas regiões possuem lugares especializados que desenvolveram tecnologia e capacitação para o manejo e a reprodução.

Apesar de ter uma grande rede de distribuição, o setor *pet* brasileiro carece de políticas governamentais voltadas ao meio ambiente para fortalecer os seus empreendimentos.

BRASIL: NÚMERO DE EMPRESAS DO SETOR *PET* (SEGMENTOS: *PET FOOD, PET CARE, PET VET* E *PET SERV*)

Segmento	Quantidade
Criadouros profissionais e amadores	482.833
Indústrias	872
Cadeia de distribuição e serviços	110.000
Soma	593.705

Fonte: Abinpet

BRASIL: REDE DE DISTRIBUIÇÃO PET (EM UNIDADES DE PONTOS DE VENDA)

Canal	Atacadista e distribuidor		Varejista	
Indireto	Especializado	6.875	*Pet shop* Farmácias *vet* Agroloja	33.480 5.265 2.630
	Geral de alimentos	18.719	Varejo	33.648
Direto			*Pet shop*	331

Fonte: Abinpet

Répteis como *pets*

Cada vez mais pessoas procuram répteis como animais de estimação. Segundo a Abinpet, junto com os pequenos mamíferos, o número daqueles animais como *pets* no País é de cerca de 2 milhões.

O veterinário e membro do Grupo de Estudos Interação Humano e Animal (GE-INTERHA) da Abinpet, Gustavo Bauer, explica que não há semelhanças com a criação de mamíferos. "O maior problema que encontramos é justamente a falta de informação, a principal causa da insuficiência de cuidados básicos. É difícil saber se um réptil, colocado em determinado local, está em sofrimento ou não ou, ainda, conseguir identificar se um lagarto ou um jabuti está doente. É necessário conhecer a biologia básica e o comportamento dele para que se tomem todas as providências no sentido de garantir sua felicidade e tranquilidade".

Répteis são muito dependentes do ambiente externo. Por conta disso, são necessários alguns equipamentos, como pedras aquecidas, lâmpadas específicas e um terrário que se adeque ao estilo de vida do animal em questão. "Sem dúvida, é possível ter uma relação de carinho e apego com esses animais", defende Bauer. "Só diz que répteis não gostam de carinho e companhia quem nunca teve um. Eles procuram a companhia do dono, caso haja dedicação. Aliás, temos muitos exemplos de iguanas que convivem com animais domésticos tranquilamente, jabutis que compartilham o quintal de uma casa. É claro que alguns deles tendem a fugir se houver oportunidade – assim como ocorre com cães e gatos".



SHUTTERSTOCK

Qual réptil posso ter?

As espécies que, por lei, podem ser comercializadas como *pets* são serpentes, como jiboias (*Boa constrictor*), salamantas (*Epicrates cenchria*), suaçuboias (*Corallus hortulanus*) e periquitamboias (*Corallus caninus*); lagartos, como teiús (*Salvator merianae*) e iguanas verdes (*Iguana iguana*); e quelônios, como jabutis (*Chelonoidis carbonaria*) e tigres d'água (*Trachemys dorbigni*). "É importante que esses animais sejam comprados de estabelecimentos regulamentados. Os teiús e as iguanas, apesar se serem legais, já não são mais encontrados no Brasil, pois sua venda foi proibida no estado de São Paulo, único lugar onde estavam localizados os criadouros", explica o especialista.

A relevância econômica do setor *pet*

Em um mercado que emprega cerca de 1,7 milhão de pessoas – 60% em criadouros, 27% em serviços técnicos, 13% na rede de lojas –, seria essencial haver políticas públicas de apoio à cadeia produtiva. Essas empresas já dominam técnicas de nutrição, manejo e saúde para *pets*, mas falta a elas que o Governo e as agências reguladoras assumam um papel mais ativo nos temas relativos ao incentivo à competitividade e à preservação das espécies.

Como visto, o País tem um grande potencial exportador e um vasto mercado interno a ser atendido de forma legal, sem clandestinidade. No entanto, ainda são necessários esforços de toda a cadeia, incluindo o agronegócio, para diminuir os impostos. Além de garantir o acesso correto da população aos produtos e serviços *pet*, isso acabaria com a competição indesejada entre alimentos para animais de estimação e alimentos para humanos e tornaria o mercado mais regrado.

Essa clareza nas práticas comerciais seria benéfica aos consumidores, permitindo que forneçam os cuidados necessários com alimentação e serviços para o bem-estar e conforto de seus animais, ao mesmo tempo em que se beneficiam da relação homem-animal para sua saúde física e mental. O setor entende sua responsabilidade no que diz respeito à educação para os direitos dos animais, à saúde da população e à geração de empregos e renda, mas precisa de incentivos fiscais e suporte dos órgãos reguladores para desenvolver todo o seu potencial. ■

* Equipe de comunicação Abinpet



Os planos já foram traçados. E para nos ajudar a escrever essa história de cooperação, convidamos você, que é um grande aliado do movimento cooperativista brasileiro.

www.brasilcooperativo.coop.br

SistemaOCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP

Café

CNC APONTA PREOCUPAÇÕES E NECESSIDADES DO SETOR

Paulo André Colucci Kawasaki*

O SETOR produtor da cafeicultura brasileira, há tempos, convive com dificuldades diversas, as quais emergiram ao longo dos últimos anos, gerando, aos cafeicultores, a equivocada fama de insatisfeitos por reclamarem da falta de – e batalharem por – estruturação de políticas públicas e privadas que possibilitem um cenário de equilíbrio e rentabilidade.

Passados dois anos de preços aviltados, a virada de 2013 para 2014 esboçou uma reação nas cotações, motivada por fatores múltiplos, entre os quais prognósticos de safras menores na América Central, devido ao impacto da ferrugem; na Colômbia, com o processo de recuperação da renovação de seus cafezais; e no Brasil, onde o excesso de chuvas em dezembro e o veranico do primeiro bimestre de 2014 geraram preocupações sobre a colheita.

As cotações tocaram máximas não vistas desde 2012 na Bolsa de Nova York, e o mercado físico acompanhou. Pronto! Cenário ideal para comentários como: "cafeicultor é que está bem", "cafeicultor está rico", "vou mudar 'pro' café para ganhar dinheiro" etc. Esses pseudoentusiastas esquecem-se, porém, do acúmulo de dívidas que o setor viveu ao longo de aproximadamente uma década – começo dos anos 2000 até 2010 – e, mais recentemente, em 2012 e 2013. Esse contexto relata apenas alguns de muitos cenários de amnésia relacionada à cafeicultura brasileira, seja por agentes de fora da cadeia, seja em seu âmbito privado ou, principalmente, governamental.

Como acabar com essa visão? O presidente executivo do Conselho Nacional do Café (CNC), Silas Brasileiro, recomenda o consenso entre os elos do setor privado e sinergia com os órgãos governamentais responsáveis pela gestão do café. "Produção, exportação e indústrias possuem pontos divergentes, mas um grande passo para caminharmos na mesma direção foi dado no final de 2013, quando o CNC e a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) realizaram o seminário 'Rumos da Política Cafeeira no Brasil', o que possibilitou o alinhamento das prioridades do setor, as quais foram elencadas no Projeto Rumos", destaca.

Por outro lado, ele aponta que o excesso de mudanças ocorridas no *staff* responsável pela cafeicultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem complicado a elaboração e o desenvolvimento de políticas proativas e estruturantes para o setor. "Infelizmente, as alterações travaram a implantação do Projeto Rumos e de políticas públicas para o café, de forma que a liberação de recursos do Funcafé, em 2014, veio um pouco atrasada e não ocorreu de forma unificada, além de terem impedido qualquer utilização de instrumentos de mercado disponíveis para apoiar a produção", lamenta.

Também como reflexo da falta de sinergia na gestão, vemos inúmeras especulações a respeito do tamanho das colheitas brasileiras de café, cujos volumes "estimados" apresentam discrepâncias superiores a 10 milhões de sacas para a mesma safra. "As lideranças do setor produtor mantêm sua preocupação em relação a esse assunto, até porque há contradições por parte do próprio Governo, que adota dois institutos diferentes para o levantamento, um ligado ao Ministério da Agricultura e outro ao Ministério do Planejamento, fazendo com que a especulação continue sendo usada em larga escala, causando incerteza no mercado", explica Brasileiro.

O presidente do CNC recorda que o Brasil já possui instrumentos necessários para aflorar a clareza dos números e, portanto, entende que é hora de realizar um estudo para harmonizar as ferramentas disponíveis e trabalhar de forma inteli-

> "SE O BRASIL NÃO POSSUIR UMA ESTATÍSTICA EFICIENTE E CONFIÁVEL, NÃO SERÁ CAPAZ DE REBATER AS INÚMERAS ESPECULAÇÕES EXISTENTES."



Silas Brasileiro, presidente executivo do Conselho Nacional do Café (CNC)


SHUTTERSTOCK

gente para informar ao mundo qual é o nosso parque cafeeiro, a nossa produção e quanto temos de estoque. "Nesse sentido, a unificação dos anúncios e a implantação do georreferenciamento são extremamente necessários. Além disso, vemos com bons olhos a realização de um trabalho com os demais segmentos da cadeia produtiva (exportação e indústrias) para a divulgação conjunta de documentos estatísticos ao mercado, para que todos passem a ter respeito pela posição brasileira", argumenta. Brasileiro completa: "se o Brasil não possuir uma estatística eficiente e confiável, não será capaz de rebater as inúmeras especulações existentes".

A falta de critérios e a não revisão anual dos preços mínimos de garantia para níveis condizentes com a realidade dos custos de produção do café são outros pontos que preocupam as lideranças do setor. Em 2013, após quatro anos de congelamento, o governo federal elevou o preço mínimo do Arábica para R$ 307,00 por saca frente aos R$ 261,69 estipulados em 2009. "Contudo, estudo sobre os custos de produção realizado pela Conab, no ano passado, apresentou uma média de R$ 336,13 por saca, o que não nos permite aceitar os R$ 307, bem abaixo dos gastos na produção, definidos pela área econômica", critica Brasileiro. Em 2014, o valor do Arábica não foi atualizado, mesmo diante da elevação constante dos custos de produção. Já o preço mínimo do Conilon saiu de R$ 156,57 – em vigência desde 2009 – para R$ 180,80 por saca em 2014, valor que também começa a ficar defasado para a variedade, segundo o CNC.

Com o objetivo de melhorar esse cenário, o Conselho informa que, em reunião realizada em novembro último, deu o primeiro passo para uma proposta a ser encaminhada pelo setor ao Governo. Técnicos da Universidade Federal de Lavras (UFLA), em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), realizaram levantamentos dos custos nas diversas áreas produtoras do Brasil e apresentaram os valores atuais, os quais serão contrastados com os custos apurados pelas cooperativas associadas ao CNC para alcançar a média que servirá de embasamento à indicação aos Ministérios vinculados à atividade cafeeira.

"Na cafeicultura, todos reconhecem o elevado custo resultante da mão de obra, dos encargos sociais, dos defensivos e fertilizantes, dos maquinários, do combustível etc., que refletem diretamente na renda do produtor. Esse cenário, aliado a preços de mercado abaixo dos gastos na produção por falta de um 'colchão' gerado por preço mínimo real, tem feito com que muitos cafeicultores, ao longo dos últimos anos, desfaçam-se de seu patrimônio para honrar os compromissos financeiros assumidos", lamenta o presidente do CNC, que completa recordando que a seca de dez meses em 2014 complicou ainda mais a rentabilidade.

O representante da produção cita, ainda, que há preocupação quanto ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), a respeito do qual o Governo tem autorizado a liberação dos recursos com certo atraso nas safras recentes, além de não fazer o anúncio unificado dos valores destinados a cada linha de financiamento. "Assim que estiver formatada a estrutura governamental – após as eleições –, entraremos em contato com o Ministério da Agricultura para apurarmos o ativo do Fundo e definirmos uma melhor aplicação de seus recursos, sendo possível até pensarmos em meios que gerem uma 'realimentação' dos valores do Funcafé", comenta Silas Brasileiro.

Um melhor ordenamento e o incremento de recursos no Fundo podem ser o ponto-chave para melhorar a promoção dos cafés do Brasil, que é um problema reconhecido por todos os elos do setor privado. "Aliado a isso, entendemos como crucial a organização da cadeia produtiva para promover a produção sustentável de café no Brasil, o único país com leis sociais e ambientais corretas", indica.

A esse respeito, o presidente do Conselho recorda que a entidade deu um passo inicial, na 113ª Sessão do Conselho Internacional do Café da OIC (Organização Internacional do Café), realizada de 22 a 26 de setembro de 2014, em Londres (Inglaterra), oportunidade em que apresentou a todas as delegações cafeeiras presentes no encontro o vídeo institucional "Cafés do Brasil: um negócio sustentável do pequeno ao grande produtor", demonstrando as características da cafeicultura nacional e destacando os comprometimentos econômico, ambiental e social da atividade em busca da sustentabilidade do setor.

O vídeo também trata da promoção da base da cadeia produtiva no Brasil, apresentando uma estrutura pujante, envolvendo cooperativas, exportadores e indústrias, que consegue dar liquidez ao mercado. "Esse alicerce secular, que se aperfeiçoa com o passar do tempo, precisa ser divulgado internacionalmente, frisando todo o trabalho desenvolvido para comércio, exportação, pesquisa cafeeira etc., pois essa base que o Brasil possui fortalece preços, dá credibilidade e cria parcerias de mercado", conclui o presidente do CNC. ■

* Jornalista profissional, diretor de Comunicação do Conselho Nacional do Café (CNC) e assessor de imprensa da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA)

PROPRIEDADE INTELECTUAL CONTRA A FOME

Gustavo de Freitas Morais*

A INOVAÇÃO é um fator crítico na agricultura. A população mundial triplicou desde 1950. Muitos acreditaram ser impossível produzir alimentos para os 6 bilhões de habitantes que o mundo alcançou em meados do século XX. No entanto, os avanços científicos nos possibilitaram a chegar aos atuais 7 bilhões e, ainda, reduzir a proporção de pessoas passando fome.

Foi a Ciência que nos ajudou a aumentar a produtividade agrícola em um ritmo maior do que o crescimento populacional, e esse paradigma se mantém: o mundo deve superar os 9 bilhões de pessoas antes de 2050, e só o investimento em inovação pode garantir suprimento de alimentos, fibras e bioenergia para esta população.

A indústria agrícola investe anualmente 12% do seu faturamento, cerca de US$ 6,3 bilhões, em média, em pesquisa e desenvolvimento de soluções tecnológicas para a agricultura.

Para permitir que esses investimentos acontecessem e incentivar sua manutenção no futuro, o mundo criou o conceito de propriedade intelectual. É com a expectativa de usufruir de parte dos benefícios de suas invenções que as indústrias investem em inovação. Ao pesquisar e desenvolver uma tecnologia ou um produto inovador, as empresas têm razões para acreditar que os concorrentes não poderão valer-se daquilo que seus pesquisadores desenvolveram, criando diferenciais que remuneram os investimentos.

Na agricultura, esse processo é clássico, mas pode haver um terceiro passo, depois de pesquisar e desenvolver um produto: registrá-lo. Indústrias altamente reguladas, como as de agroquímicos e de fertilizantes, precisam demonstrar para os órgãos reguladores que seus novos produtos são seguros para o meio ambiente e a saúde humana, além de serem eficientes para o agricultor.

> “...SÓ O INVESTIMENTO EM INOVAÇÃO PODE GARANTIR SUPRIMENTO DE ALIMENTOS, FIBRAS E BIOENERGIA PARA ESTA POPULAÇÃO.”

A forma que as empresas têm de comprovar isso são estudos, realizados principalmente durante a fase de desenvolvimento. Os resultados destes estudos são submetidos às autoridades competentes em um documento denominado dossiê regulatório, para sua avaliação. Só depois da análise e da aprovação do dossiê por todos os órgãos regulatórios é que o produto pode ser comercializado.

Estes estudos ou informações, chamados por alguns de dados proprietários, constituem o principal suporte para que as autoridades de cada país, com a obrigação de zelarem pela saúde de seus cidadãos e protegerem o meio ambiente, possam avaliar de forma rigorosa um novo defensivo agrícola ou fertilizante antes de conceder uma licença para a venda do produto em seu território. Os dados também incluem suporte para que os produtores agrícolas possam confiar na qualidade dos produtos que utilizam.

Da mesma forma que é imprescindível que os países exijam essas informações para preservar a segurança de seu ambiente e de sua população, é necessário que se garanta o sigilo sobre os dados de registro. Muitas informações concedidas aos órgãos públicos nos processos de análise regulatória representam segredos industriais ou dados que, nas mãos de concorrentes, poderiam destruir a vantagem competitiva que as empresas conquistaram por meio do investimento em pesquisa e desenvolvimento.

Em suma, a exclusividade dos dados de registro consiste em uma proibição temporária que evita que terceiros utilizem esses dados de segurança e eficácia na obtenção de seus próprios registros. A autoridade não deve, de forma alguma, divulgar ou permitir o acesso de terceiros à seção confidencial do dossiê regulatório.

A proteção desses dados é crucial para incentivar o ciclo de inovação, pois se trata da proteção à propriedade intelectual. No caso dos defensivos agrícolas, por exemplo, são necessários mais de dez anos, em média, para que uma nova molécula chegue ao mercado. É impossível calcular os prejuízos e o desestímulo à inovação caso todo esse trabalho ou parte dele sejam fornecidos a outras empresas.

Em um momento em que a sociedade, com toda a legitimidade, exige cada vez mais transparência dos órgãos públicos, é importante destacar a importância da propriedade intelectual para o avanço técnico-científico. O interesse da coletividade, da mesma forma que convoca o Estado a ser transparente sobre as informações de que trata, reconhece o direito à propriedade intelectual. ■

* Engenheiro e advogado especializado em propriedade intelectual, sócio do escritório Dannemann Siemsen, professor de Pós-graduação da Escola de Direito de São Paulo (GVlaw) da Fundação Getulio Vargas (FGV) e autor do livro “Segredo Industrial versus Lei de Acesso à Informação: uma contradição?”

Diário de bordo

FRUTAS PARA O MUNDO



Roberto Rodrigues*

O MAIOR poder aquisitivo de populações do mundo todo, especialmente dos países emergentes, sugere um grande potencial para o aumento de consumo de frutas *in natura*. Trata-se de um mercado que tem a ver com prazer: a beleza do colorido das frutas, seu aroma adocicado e típico que chega a marcar fases da vida, a doçura do paladar – são muitos os elementos medidos pelos sentidos; até mesmo o manuseio dos produtos: quem não gosta de pegar uma maçã, um cacho de uva, uma tangerina?

Somos o terceiro maior produtor mundial de frutas, atrás apenas da China e da Índia. Em 2012, último ano com dados oficiais, produzimos 42 milhões de toneladas. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) calcula que o volume, em 2013 e 2014, superou 43 milhões de toneladas.

Uma curiosa informação: temos mais de 500 variedades de plantas frutíferas, das quais quase a metade é de nativas da Amazônia. No entanto, apenas cinco frutas – banana, laranjas, maçã, abacaxi e uva – representam 67,4% do mercado, em volume. A fruticultura ocupa, hoje, 2,3 milhões de hectares de terra, e boa parte desta área está em pequenas e médias propriedades rurais.

O Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF) calcula que essa nobre atividade emprega 5,6 milhões de pessoas direta ou indiretamente.

Outro dado curioso: mais de 90% das frutas produzidas em todo o mundo são consumidos nos países de origem. Em 2012, apenas 74 milhões de toneladas (9,5% do total produzido) foram exportados para todos os mercados.

E isso representa, sem dúvida, uma grande oportunidade para nós. Com a impressionante variedade de frutas aqui produzidas, podemos conquistar mercados tanto para as mais consumidas, como em nichos especiais.

O Brasil já vem crescendo, mas ainda podemos avançar muito mais.

Nos últimos quinze anos, nossas exportações de frutas frescas aumentaram, em média, 6% ao ano em volume e 12,1% em valor. As mais exportadas foram melão, manga, banana, maçã, limão e lima.

Por outro lado, também vêm crescendo, embora muito menos (1% ao ano), nossas importações, principalmente de pera, maçã, uva, ameixa e kiwi, frutas cuja produção está aumentando internamente em todas as regiões.

Em termos globais, o consumo de frutas tropicais e exóticas está avançando mais do que o de frutas de clima temperado. Segundo o Rabobank, de 2013 a 2018, o mercado mundial de frutas deve crescer 4,6% ao ano em volume e bem mais do que isso em valor.

Os países cujas importações deverão aumentar mais estão na área da Ásia/Pacífico, como China, Hong Kong, Índia, Japão, Malásia, Indonésia, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Coreia do Sul, Taiwan e Vietnã. Aliás, vale lembrar que, em 2004, assinamos um acordo sanitário com o Japão para poder exportar para lá mangas Kent e Tommy Atkins, depois de mais de vinte anos de esforços do nosso lado...

Para conquistar estes mercados, é fundamental estabelecer acordos comercias e fitossanitários com eles. Mais uma vez, fica clara a importância do papel do Governo nesse assunto. Não temos nenhum acordo de livre comércio que favoreça a exportação de frutas frescas. Pior: em janeiro de 2014, perdemos os benefícios do Sistema Geral de Preferências da União Europeia (SGP-UE), encarecendo nossas exportações de frutas. Em 2013, a Europa importou 79% das frutas que vendemos, e isso mostra o prejuízo da perda do SGP-UE. Não podia acontecer!

A falta de protocolos sanitários impede-nos de alcançar os países asiáticos referidos e mais Estados Unidos e Colômbia, entre outros. Esse mercado vale US$ 4,3 bilhões anuais, e podemos perfeitamente abocanhar boa parte disso. Todos os nossos concorrentes já têm acordos de livre comércio com estes países-alvo, dificultando nossa entrada.

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) vem trabalhando nisso ao lado do IBRAF, e não podemos esmorecer nessa missão: frutas são uma excelente alternativa de renda para a agricultura familiar, para pequenos e médios produtores e podem, ainda, ocupar grandes espaços na agricultura orgânica. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA)

Produzir

RISCO DE DEFASAGEM TECNOLÓGICA



Gustavo Diniz Junqueira*

OS FATORES responsáveis pelo sucesso relacionado aos ganhos de produtividade do agronegócio brasileiro nas últimas décadas não vão assegurar a competitividade do setor no futuro.

Se, na esfera mercadológica, o quadro global é acirrado, no âmbito do cenário produtivo, a disputa também não está ganha.

Inovações tecnológicas promovidas pelos nossos concorrentes de clima temperado podem diminuir nossas vantagens comparativas e competitivas, comprometendo os resultados do agronegócio.

Uma eventual defasagem tecnológica fará com que países que antes não ofereciam riscos passem a oferecer.

A competição agrícola internacional é dinâmica, e o Brasil tem que investir cada vez mais em Ciências Agrárias para que os concorrentes não revertam a situação. É imprescindível permanecer avançando no desenvolvimento de tecnologias para a agricultura tropical.

O investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) é estratégico e deve ser contínuo, especialmente num mundo pressionado por mudanças climáticas, pelo surgimento de novas pragas e pela necessidade de se fazer cada vez mais com menos recursos naturais e produtivos – leia-se financeiros.

Com a explosão do "Custo Brasil", nosso custo agrícola está ficando superior ao dos nossos concorrentes. Hoje, o gasto em P&D em Ciências Agrárias no Brasil é de 1,2% a 1,4% do PIB. Os países desenvolvidos aplicam o dobro.

Planejamento

A necessidade de intensificação da produção agropecuária, devido à pressão por maximização da eficiência produtiva, exigirá uso crescente de todo tipo de tecnologia.

É imprescindível construir uma estrutura de governança e gestão para a pesquisa em Ciências Agrárias no País.

Iniciativas como a Plataforma Tecnológica (interministerial) e a estratégia de coordenação do Agropensa da Embrapa apontam nessa direção.

As decisões relacionadas à Pesquisa têm que ser guiadas por um planejamento voltado às cadeias produtivas em que somos mais eficientes, com a alocação de recursos em torno de projetos que têm mais potencial para gerar resultados.

O orçamento tem que estar atrelado às prioridades. Esse é o ponto, porque o cobertor é curto, haja vista que sempre existirá o risco de contingenciamento dos recursos.

Extensão rural

Além da inovação, a transferência de tecnologia ao campo, por meio da assistência técnica e da extensão rural, também merece atenção, planejamento e especialização.

A extensão rural é imprescindível para levar a inovação tecnológica para o campo, mas esse não deve ser o papel da Embrapa. O SENAR está desenvolvendo novos conceitos nessa direção.

Extensão rural exige foco; se não, é desperdício. É preciso identificar quais produtores/regiões têm potencial para esta ou aquela atividade agropecuária e, assim, direcionar a pesquisa e a transferência de tecnologia.

O governo federal criou, em 2013, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), nova versão da antiga Embrater, mas, até agora, o órgão não deslanchou.

Universidades

Outro ponto importante é que as instituições públicas de pesquisa precisam fortalecer o relacionamento com a iniciativa privada.

As universidades devem trabalhar em rede, a fim de "desencastelar" o conhecimento gerado por elas, fazendo com que este conteúdo chegue ao campo. A Academia brasileira também precisa de mais intercâmbio com instituições internacionais.

A inovação no agronegócio tem que estar focada no seguinte tripé: o que o consumidor quer, o que a tecnologia oferece, e o que a fazenda pode produzir.

Ressalta-se, ainda, que o desenvolvimento tecnológico terá que ser orientado cada vez mais por atributos ligados à proteção ambiental, à sanidade dos alimentos, ao respeito social, entre outras exigências demandadas pela sociedade. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

RESILIÊNCIA, SEGURANÇA JURÍDICA E MEIO AMBIENTE



Mônika Bergamaschi*

A ASSEMBLEIA Legislativa do estado de São Paulo aprovou, em dezembro, o Projeto de Lei nº 219/14, que dispõe em caráter específico e suplementar sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA) das propriedades e imóveis rurais.

A obrigação dos estados e do Distrito Federal para a criação e a implementação de seus Programas de Regularização Ambiental (PRAs) decorre de imposição legal, prevista no artigo 59 da Lei Federal nº 12.651/12, que instituiu o novo Código Florestal. O diploma federal definiu os parâmetros e as linhas mestras do que fazer; e a lei estadual dirimiu possíveis dúvidas decorrentes de interpretações, pontos cruciais para que as futuras ações de regularização possam caminhar de forma transparente e isonômica.

Independentemente da tendência, crença ou preferência de quem analise, os números levantados por especialistas são robustos. Estimativas do Instituto de Economia Agrícola (IEA) – vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo – e da Embrapa apontam que, no mínimo, 1,62 milhão de hectares de terras paulistas antropizadas deverá ser reconvertido nos próximos vinte anos. Mais de 60% desta área serão de matas ciliares, ou outras Áreas de Preservação Permanente (APPs). O desafio é monumental, em diversos aspectos, pois a reconversão, além de implicar deixar de produzir em algumas destas áreas, implicará custos de implantação e manutenção da ordem de R$ 16 bilhões.

Trocando em miúdos, ao final do período, São Paulo deverá ter recomposto com vegetação nativa mais 6,52% de seu território, passando dos atuais 17,7% para 24,22% da sua área total, o que significa, na prática, que um quarto do território do estado mais populoso e mais industrializado do País deverá ser recoberto com vegetação nativa.

A mais efetiva contribuição já realizada nessa seara aconteceu na primeira fase do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, desenvolvido pela SAA/SP. Em oito anos, de 2000 a 2008, foram recuperados 7.500 hectares. Os cálculos, agora, remetem a algo 200 vezes maior. O potencial ganho ambiental realmente impressiona.

A exigibilidade de recomposição de Reserva Legal assegurará o direito na linha do tempo. Nas APPs, a definição da largura das faixas de recomposição dependerá do tamanho da propriedade e da largura ou área dos corpos hídricos. Portanto, uma boa orientação técnica é vital para que o proprietário cumpra as exigências e se beneficie das oportunidades que porventura vierem a ser oferecidas.

É evidente, portanto, que será necessário apoiar, e muito, os proprietários rurais. Ainda que houvesse a possibilidade de oferecer recursos não reembolsáveis, inexistem, atualmente, estruturas de viveiros (tampouco sementes de essências florestais nativas) com capacidade para fornecer cerca de 90 milhões de mudas por ano, pelas próximas duas décadas.

Planejamento e informação serão a tônica dessa importante fase, não apenas em São Paulo, como em todo o território brasileiro. Daí a relevância de os proprietários preencherem o Cadastro Ambiental Rural (CAR), disponibilizado em São Paulo desde junho de 2013. O CAR é uma ferramenta importante para o proprietário rural, pois lhe garante alguns benefícios de modo direto e é imprescindível para que o governo paulista possa elaborar programas de incentivo e disponibilizar instrumentos que viabilizem o cumprimento das exigências legais.

A lição que fica é a da resiliência do bambu à tempestade. Encerrada a tarefa do legislador estadual, a SAA/SP não medirá esforços e será coadjuvante em todo o processo de legalização dos imóveis rurais paulistas, o que também demandará muito empenho dos proprietários e posseiros.

Vencida a tormenta, além dos ganhos com a conservação dos recursos naturais, os produtores rurais terão, depois de décadas de idas e vindas, de imposições, indefinições, interpretações e incertezas, a tão desejada e necessária segurança jurídica. Nada mais legítimo a oferecer àqueles que sempre impulsionaram a economia e a prosperidade de São Paulo e do Brasil. ■

* Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

Reflexão

2015, UMA AVENTURA COMPLEXA



Luiz Carlos Corrêa Carvalho*

"NÃO PODEMOS ter aventura na política econômica". Trazer a frase dita por Marina Silva para este texto, sem citar os finalistas do 2º turno eleitoral, é uma forma de distanciar-nos do embate partidário dos últimos vinte anos.

Nos últimos quatro anos, o agronegócio sofreu as pressões de políticas contrárias ao crescimento: inseguranças jurídicas referentes à instabilidade política dos questionamentos sobre terras, setores enfrentando quebras dos compromissos feitos pelo governo federal, como o sucroenergético e o de logística e infraestrutura, com ações lentas e idas e voltas conceituais.

Enquanto as mazelas ficavam em território nacional, os debates perdiam-se nos descaminhos das defesas descompromissadas. No entanto, perto das eleições, a revista econômica The Economist citou o fato de o Brasil estar pior do que os seus vizinhos latino-americanos; relatou, em detalhes, a intromissão constante do governo brasileiro nas políticas macroeconômicas e sua interferência no setor privado. Ressaltou, por fim, que o Brasil precisa de crescimento e de um Governo melhor.

Terminada a eleição, ficou o panorama dos cenários debatidos entre a manutenção dos descaminhos econômicos (situação) e a volta aos pressupostos macroeconômicos (oposição). O Brasil, em nossa constatação, não aguentaria tamanha incerteza. A ansiedade de uma ação dos vencedores "dobrando a aposta" de sua nova matriz econômica era terrível. E a maioria pensava assim.

O anúncio da equipe econômica do novo governo veio alvissareira. Rompe com a política econômica do 1º governo de Dilma Rousseff e dá esperanças. Seria, afinal, uma "afirmação do compromisso do novo governo com o desenvolvimento, a estabilidade e a gestão competente da política econômica" (Luiz C. Trabuco, do Bradesco). Novamente, de fora do País vem um ponto de reflexão: "Levy terá autonomia?" (Financial Times).

No agronegócio, as condições também estarão complexas. Há clara redução de orçamentos nas empresas nacionais e multinacionais, com queda dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional, na nova realidade da correlação de preços entre o petróleo e os alimentos. Isso, a partir de 2007, foi relatado em Congresso da ABAG. Aliás, vale salientar que, com exceção do açúcar (face política intervencionista do governo federal, congelando os preços da gasolina e prejudicando de forma irremediável o etanol), todos os outros produtos sofrem com isso. A queda dos preços do petróleo, em face da redução do crescimento global e de sua demanda, e a expansão extraordinária da oferta norte-americana afligem os analistas das *commodities*, com ênfase no menor crescimento chinês.

As aventuras de 2015 serão, seguramente, muito mais próximas de um comportamento defensivo. Vamos ver juros muito altos, corte nos gastos e foco em trazer a inflação para o centro da meta na política internacional. A luta de recuperação encontrará um mundo estagnado, exceto nos EUA e na China.

O agronegócio continuará segurando as pontas da balança comercial brasileira, com elevado número de empregos diretos e indiretos nas suas longas cadeias produtivas. As limitações da atual política comercial brasileira e as barreiras de logística, armazenagem e portos seguirão atormentando, sempre com os fantasmas dos riscos climáticos e a volatilidade dos preços, sem o suporte do seguro rural.

2015 será um ano de correção de rumos. Um novo baralho de cartas, com novas imagens e regras conhecidas. No jogo buraco, há os que acumulam cartas e os que jogam com a sorte, buscam cartas e batida rápida. Parece que, se for esse o jogo, a equipe econômica escolhida trabalhará acumulando cartas para fazer mais pontos.

Seja qual for a figura, é um jogo de azar, e tudo pode acontecer.

Feliz 2015 a todos! ■

* Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

MÁQUINAS AGRÍCOLAS

PREÇOS MÉDIOS DE COLHEITADEIRAS EM DEZEMBRO DE 2014 (R$/UNIDADE)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 32	400.000	500.000	425.000	490.000
Massey Ferguson	MF 9690	520.000	700.000	630.000	700.000
New Holland	CR 9060	780.000	850.000	945.000	840.000
New Holland	CS 660	600.000	640.000	735.000	700.000
New Holland	TC 5090	390.000	440.000	625.400	480.000
New Holland	TC 5070	330.000	390.000	508.800	560.000
Valtra	BC 6500	650.000	720.000	780.000	680.000
Valtra	BC 7500	720.000	840.000	830.000	830.000
Valtra	BC 4500	480.000	420.000	420.000	470.000
John Deere	1175 HY	350.000	470.000	425.000	478.000
John Deere	9470	510.000	640.000	550.000	655.000

Fonte: Scot Consultoria

PREÇOS MÉDIOS DE TRATORES EM DEZEMBRO DE 2014 (R$/UNIDADE)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 4292/4	120.000	145.000	132.000	123.000
Massey Ferguson	MF 7140/4	160.000	180.000	150.000	148.000
Massey Ferguson	MF 7370/4	205.000	190.000	240.000	240.000
New Holland	TM 7020 (T7 150)	180.000	160.000	174.900	230.000
New Holland	TM 7040 (T7 180)	200.000	210.000	212.000	260.000
New Holland	T 7245	260.000	250.000	318.000	380.000
Valtra	BM 125-4	130.000	140.000	152.000	154.000
Valtra	BH 185-4	200.000	215.000	226.600	238.000
Valtra	BH 110	225.000	250.000	285.000	275.000
John Deere	7210	295.000	310.000	320.000	305.000
John Deere	8335	475.000	600.000	580.000	655.000

Fonte: Scot Consultoria

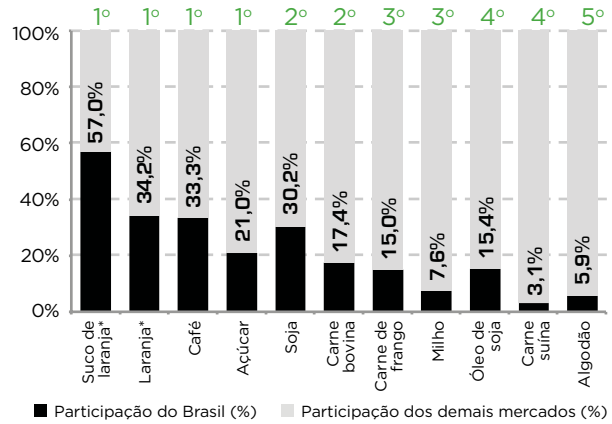
PREÇOS MÉDIOS DE SEMEADORAS EM DEZEMBRO DE 2014 (R$/UNIDADE)

MARCA	MODELO	LINHAS	POTÊNCIA DO TRATOR (CV)	PREÇO (R$)
		Plantio convencional		
Baldan	PLD-2	2 linhas	70	8.500
Baldan	PLD-4	4 linhas	70	14.500
		Plantio direto		
Marchesan	Suprema 09	4 linhas (PD)	80	81.600
Marchesan	Suprema 12	6 linhas (PD)	100	98.000
SLC	708	5 linhas (PD)	75	100.000
SLC	710	7 linhas (PD)	90	120.000
		Semeadoras para sementes pequenas		
Baldan	S.A.-16	15 linhas	90	27.690
Baldan	S.A.-20	20 linhas	90	28.800
Baldan	S.A.-24	24 linhas	90	32.600

Fonte: Scot Consultoria

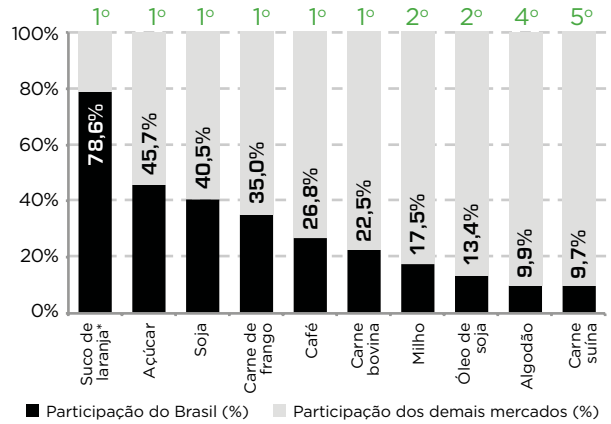
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



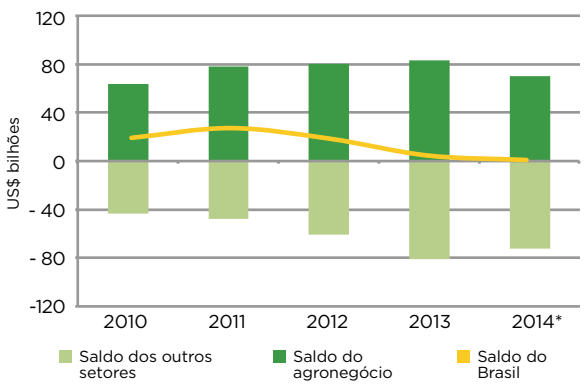
* 2013/14
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



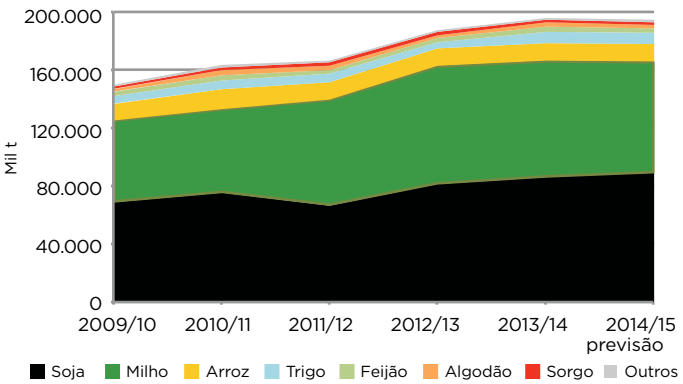
* 2013/14
Fonte: USDA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



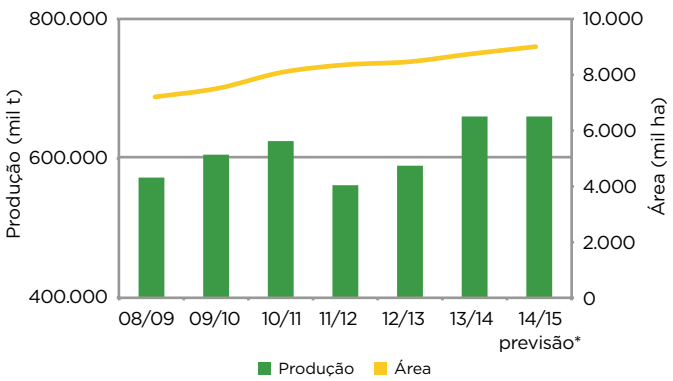
* Até outubro
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



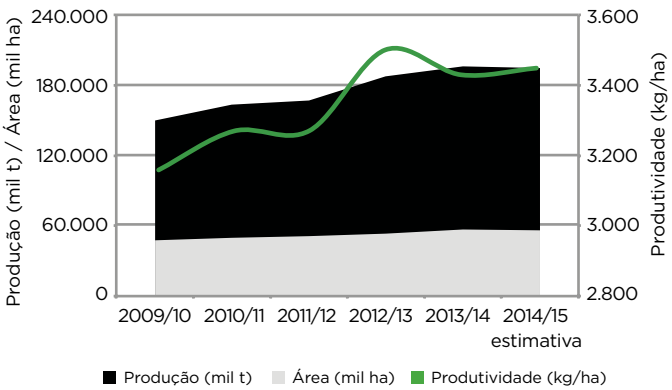
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab